

Raul

FUNDO CEMAP
AC 13/224

BANDEIRA 3

Ano 1 - No. 3 - Belém, 29 de janeiro a 5 de fevereiro de 1975 - Cr\$ 3,00

As injustiças do futebol

CEMAP - BIBLIOTECA
CLASS.





BANDEIRA 3

Uma publicação da Editora Tapajó

REDAÇÃO
EDITOR: Lúcio Flávio Pinto

ASSUNTOS
NACIONAL/INTERNACIONAL: Guilherme Augusto

AMAZÔNIA: Raymundo Costa

CIDADE: Raimundo José Pinto

ESPECIAL: Walter Rodrigues

ARTES/ESPETÁCULOS: Regina Alves

FOTOGRAFIA: Ademir Silva

DIAGRAMAÇÃO: Antonio Carlos Guimarães

ILUSTRAÇÃO: Luís Antonio Pinto

REPÓRTERES: Nélio Palheta, Paulo Roberto Ferreira, Elias Pinto Jr., Fernando Lima, Francisco Guerra.

CORRESPONDENTES: Sérgio Buarque e Palmério Vasconcelos (S. Paulo), Hamilton Bandeira (Rio), José Ademir Braz (Marabá), Elson Martins (Macapá), Manoel Dutra (Santarém), Manoel Lima (Manaus).

COLABORADORES: Osmar Pinheiro, Luis Otávio Barata, Hanna-Karina Bujnowska, Haroldo Melo, Isidoro Alves, Walter Bandeira.

REVISÃO: Graziela Murrieta

ADMINISTRAÇÃO

GERENTE: João Batista Marques

PRODUÇÃO: José Jaime Hounsell

Redação e Administração: Rua 13 de Maio, 82, conjunto 1104.

Composto e impresso nas oficinas da DELTA PUBLICIDADE S/A.

Permitida a transcrição de matérias, desde que citada a fonte.

Assumindo a responsabilidade

Uma das freqüentes questões de consciência da imprensa consiste em definir se uma informação importante deve ser publicada, mesmo que contrarie interesses solidamente

enraizados. Esse "drama de consciência" definiu o caso "Documentos do Pentágono", quando o jornal "New York Times", o mais importante do mundo ocidental, divulgou documentos sigilosos do Pentágono sobre a participação, nem sempre escrupulosa, dos Estados Unidos na guerra da Indochina. O jornal assumiu a responsabilidade pela divulgação dos documentos (que chegaram à redação através de um alto funcionário federal) e a briga com o Executivo que se seguiu. A tarefa de informar com objetividade, serenidade e coragem é a tarefa fundamental da imprensa, se ela quiser merecer a qualificação de órgão da opinião pública. A opinião pública envolve os dirigentes, eleitos ou nomeados para decidir sobre destinos alheios, e o povo, que quer e precisa ser informado com exatidão.

Numa escala infinitamente menor, uma questão de consciência levou os editores do BANDEIRA 3 a divulgar uma parte do documento "Diretrizes de Ação do Governo (1975/1979)", elaborado para servir de base aos primeiros meses de administração do novo governador, Aloysio da Costa Chaves. Esse documento foi entregue à nossa redação para uma análise e, se fosse o caso, divulgação, por pessoas que participaram de uma das fases do trabalho. Reconhecia-se portanto no nosso jornal competência para dar um bom tratamento a um documento que em alguns capítulos possuía decisiva importância. Foi justamente o capítulo dois, que trata da "metodologia", que escolhemos para divulgação porque tratava, pela primeira vez a nível de governo estadual, de um problema crucial para a administração brasileira: o relacionamento e a divisão de funções entre o planejamento federal e o estadual, o primeiro sempre mais abrangente, o segundo precisando redefinir-se para ter um desempenho mais racional e conseqüente em seus já estreitos limites.

Sabíamos que o documento teria alguma repercussão, mas não podíamos supor que ela fosse manifestada da forma violenta e, a nosso ver, desfocada, como o fizeram os Ministros do Planejamento e do Interior. Eles viram num trabalho que apenas levanta o problema da compatibilização das ações dos governos federal e estadual, ambas necessárias e fundamentais à realização do princípio federativo e das modernas técnicas de planejamento, críticas injustas ao Governo Federal. É uma questão de ética, com a qual não concordamos (o documento é tímido, não chega a propor uma ampliação da esfera de influência dos Estados e

uma contenção do expansionismo federal, como parecem ter interpretado os dois ministros).

Discutir o documento é uma atitude sensata e lógica, mas negar sua existência é uma atitude irracional. Membros do novo governo estão procurando realizar essa tarefa ao confundir uma notícia feita a partir do documento com uma suposta entrevista que o novo governador não teria dado, desautorizando por isso a notícia. A matéria que divulgamos e que posteriormente foi transcrita nos jornais do Sul não se baseou numa entrevista e sim na leitura atenta e criteriosa do documento, que foi montado a partir de 16 diagnósticos setoriais elaborados durante quase cinco meses pelo escritório técnico do futuro governador (integrado por técnicos e empresários locais). Uma cópia do documento chegou a ser enviada para publicação na Grafisa, enquanto a primeira via foi lida e aprovada pelo professor Aloysio Chaves antes de sua viagem à Europa (seu conceito sobre o documento teria sido o "ótimo", segundo depoimento de uma testemunha ocular).

Os desmentidos feitos pelos novos governador e vice-governador do Pará no momento em que escrevemos este editorial são incompreensíveis. Ambos procuram desacreditar a notícia que divulgamos alegando que o governador, por estar em viagem desde o dia 3, não poderia obviamente ter dado entrevista em Belém. Mas a notícia nunca se refere a uma entrevista, fala sempre em documento escrito, do qual aliás temos cópia. Estariam então os governantes arrependidos da elaboração desse documento? Pretenderiam desqualificá-lo? Voltariam atrás negando um trabalho exaustivo já aprovado? Seria lastimável que isso fosse verdade, pois, como ressaltou no seu mais importante editorial do dia 24 o jornal "O Estado de S. Paulo", o conteúdo do documento é saudável, dizendo "em alta voz, o que tantos outros pensam, sem coragem de dizê-lo". O jornal estrangeiro também os ressentimentos provocados na área federal, só porque o governador "se fez porta-voz dos interesses legítimos do Estado e, em última análise, do sistema federativo que a Constituição consagra como intangível".

Ao divulgarmos o documento em sua parte mais fundamental, pensávamos em provocar um debate construtivo sobre um tema relevante para o país, não uma seqüência de acusações e desmentidos. Apesar delas, cremos ter cumprido a tarefa de uma imprensa honesta e séria. Esperamos que o futuro governador, mesma na fase antecedente ao exercício de seu mandato, subsista sendo um intérprete dos legítimos interesses de seu povo, como de nossa parte procuramos sê-lo.

(EDITOR)

Cartas

Critério e objetividade

Congratulo-me com o amigo e equipe do BANDEIRA-3, parabenizando-o pela excelente seleção de assuntos de relevante interesse da Amazônia e tratamento objetivo, revelando maturidade e elevado nível jornalístico apresentado. Faço votos que permaneça nessa linha e que não fique apenas nos primeiros números. Conte com nosso apoio e colaboração efetiva.

(JOSÉ MARCELINO MONTEIRO DA COSTA, Coordenador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará).

Um bombeiro jornalístico

Lúcio amigo:

Parabenizo você e a todos os membros do corpo redacional do BANDEIRA-3 pelo lançamento do primeiro número. A matéria exposta, a mensagem editorial e a abordagem de nossos problemas indicam a seriedade traçada ao nosso periódico paraense. Você, como nós, cada um na respectiva seara de atividade, está procedendo como aquele pássa-

ro que tentava com gotas de água, apagar o incêndio que irrompera na floresta.

Estamos fazendo ou tentando fazer a parte que compete a cada um. A tarefa é fascinante. Prossiga, com um fraternal abraço do (OSVALDO MELO, Deputado Estadual)

Mais que ler e ver

Meu caro Lúcio:

Como era de se esperar, o segundo número do "BANDEIRA-3" saiu melhor do que o primeiro, e sei que assim continuará daqui por diante.

O teu talento é a certeza de que a qualidade do jornal não diminuirá, o que é muito bom para nós que precisamos mais do que simplesmente ler, ver ou ouvir as notícias.

O negócio agora é torcer para que o "BANDEIRA-3" possa durar, com a mesma linha que adotou. Sei que é difícil, mas sei também que a tua disposição é bem maior do que todos os obstáculos.

Conta comigo, com a admiração de sempre.

Cordialmente
(JOSÉ CARNEIRO, secretário de gabinete da Secretaria de Estado de Educação e Cultura).

Um grupo fechado?

Sr. Editor:

Vou externar algumas opiniões

sobre o BANDEIRA-3. Acabo de lê-lo todinho (fui dormir depois de meia-noite, ontem) e estou impressionado com a seriedade do jornal, a despeito de uns, poucos, senões. Ainda não analisarei o jornal em si (veja a pretensão), mas começo deplorando o fato de que a coisa continua (como no "Bandeira 2", da Província) estritamente fechada, e limitada a um grupo de amigos (promoção pessoal viria como um dos principais objetivos?), sem qualquer chance para um eventual (e quem sabe, bom?) colaborador. Se a tentativa é para fazer um jornal da e para a Amazônia, por que não se propõe uma abertura para os daqui? Falo também, é verdade, por mim, que tenho interesse em participar. Não seria o caso de vocês pensarem um pouco nisso?

O BANDEIRA 3 é necessário, mas o meu receio é que ele não suporte as dificuldades materiais do meio, principalmente de ordem financeira. Precisaria de um "Le Monde", como o "Opinião" tem, não é isso? Todavia, torço para que o nosso "Le Monde" apareça, e o "Bandeira 3" permaneça firme, tendo uma vida longa e duradoura".
(JOSÉ REZENDE NETO)

José Rezende: se você for fazer comparações, verá que revelamos três novos repórteres e que incorporamos à equipe muitos jornalistas profissionais que não nos acompanhavam no anterior BANDEIRA 3 (e não 2). Esperamos os seus artigos, num convite extensivo a todos os nossos leitores.



OS ELES VA RE

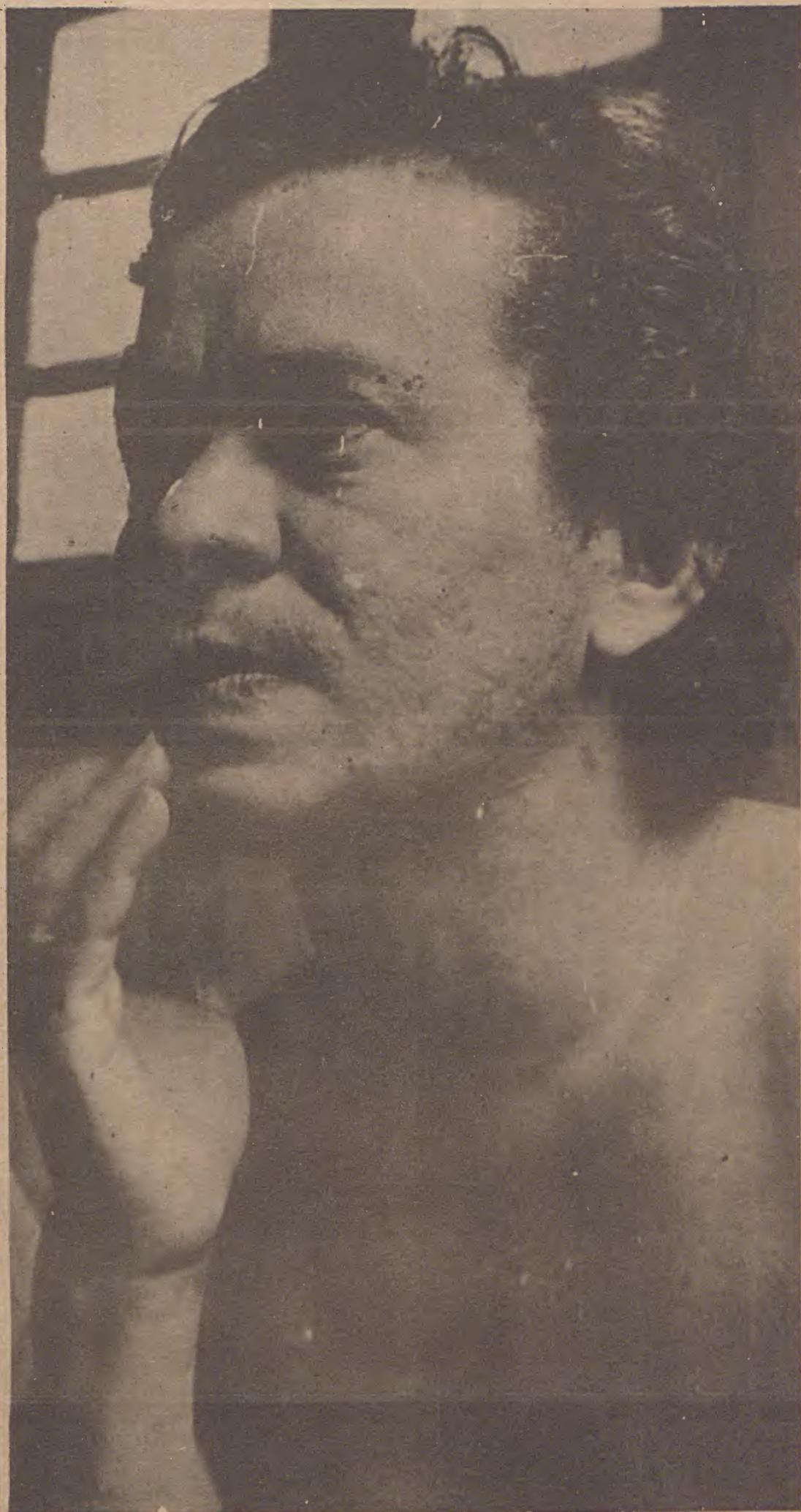
Acho que os diretores do Remo deveriam ter um pouco mais de consideração, já que nesse campeonato eu fiz tanta coisa, participei de 14 dos 10 jogos.

Houve jogadores do Sul no Remo que no dia do pagamento, riam da minha cara: "tu recebes três mil e jogas; eu recebo sei mil e fico no banco de reservas"

O negócio é que a gente precisa se recuperar de uma partida e sempre é bom tomar um cerveja. Eu gosto de tomar uma. Todo mundo toma mesmo.

Se eu estivesse no Rio, jogando num clube lá, com essa minha idade, e se eu quisesse jogar aqui, com certeza um clube local me contrataria.

Podem até me dar todo o céu coberto com notas de 500 cruzeiros que eu não volto ao Remo. Prefiro vender bilhete de loteria na rua que ir pro Remo.



Futebol: o mundo pouco esportivo

LÚCIO FLÁVIO — Neves, como foi que você recebeu a notícia do passe livre e seu afastamento do Clube do Remo?

FERNANDO JACÓ NEVES — Em primeiro lugar, eu já tinha assinado meu

último contrato com o Remo e tive passe livre. Inclusive quando fui chamado pra assinar o contrato tive muita confiança em mim e achei que deveria assinar apenas sete meses de contrato, que era o tempo certo em que terminava o campeonato paraense. Eu tinha quase que certeza que o Remo iria sagrar-se campeão. Porque tinha o melhor plantel de Belém e o Paissandu atravessava uma fase difícil de

jogadores pra disputar o campeonato junto com a Tuna. Fiquei meio chateado com a dispensa porque eu não merecia ter recebido da maneira que recebi, somente por intermédio de rádio e jornais. Tenho pra mim que os diretores do Remo deveriam ter um pouco mais de consideração, já que nesse campeonato eu fiz tanta coisa, lutei bastante, participando de 14 jogos dos dezenove. Acho que foi uma

(CONTINUA)





Eu acho que este não seja ainda o fim de minha carreira, porque voltei a afirmar ano passado que tinha confiança em mim. Eu acho que vou mesmo para a Tuna e vou derrubar com muito nego. Ainda tenho muito futebol pra jogar.

grande injustiça que cometeram comigo.

LÚCIO FLÁVIO — Você começou a jogar futebol em que ano?

NEVES — Comecei com 16 anos de idade. Comecei no Paissandu, depois do Paissandu fui hepta-campeão de amadores. Mas, assim por vontade de meu pai (nesse tempo eu era estudante), que era um tremendo apaixonado pelo Remo, eu saí do Paissandu pra ir pro Clube do Remo. Joguei somente um ano no Paissandu e até hoje estou no Remo.

LÚCIO FLÁVIO — Em que ano você entrou pro Remo?

NEVES — Olha, não estou bem lembrado, acho que foi por volta de 62, não estou bem lembrado.

LÚCIO FLÁVIO — Você iniciou no futebol profissional com quantos anos?

NEVES — Comecei a jogar profissionalmente com 17 anos.

LÚCIO FLÁVIO — Você está com quantos anos?

NEVES — Estou com 29 anos de idade e vou fazer agora dia 12 de março, se Deus quiser, 30.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha que esta dispensa que foi dada como passe livre significa o fim da sua carreira, ou ainda há futebol pra jogar?

NEVES — Eu acho que não seja o fim da minha carreira, porque voltei a afirmar ano passado que tinha muita confiança em mim, inclusive eu estava com esperança que o Mário Sérgio fosse vendido do Bahia, mas que não foi concluída a transação com o Fluminense. Mas aí fui dispensado, sem que o "seu" Paulo Amaral tivesse me visto jogar.

LÚCIO FLÁVIO — Como você explica o fato do treinador não te conhecer como jogador e de repente fazer essa dispensa?

NEVES — O caso é o seguinte: eu mesmo e toda a torcida do Pará ficou surpresa. Se fosse pela idade... tem gente com mais de 30 jogando. Então, eu tive e tenho condições, como vou provar porque já tenho time para ir.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha que há algum ressentimento pessoal do treinador para justificar essa dispensa apressada?

NEVES — Não sei. Eu estou surpreso, quer dizer, não fiquei muito satisfeito, mas também não esquentei a cabeça. Apenas não sei de quem partiu a dispensa. Não sei se foi do diretor ou do treinador. Eu estou por fora mesmo.

LÚCIO FLÁVIO — Você estava ganhando quanto no Remo?

NEVES — Estava ganhando uma base de três mil e quinhentos cruzeiros.

PAULO ROBERTO — Neves, como é que você vê a diferença de salários que existe entre um jogador de fora e um jogador local?

NEVES — Eu acho que o jogador que vem de fora está mais equilibrado, pois no Sul o futebol está mais adiantado, mas em relação a salários, deveria ser equilibrado tanto com o jogador daqui como o de fora, porque bons jogadores nós temos aqui, como podemos ver no time da Tuna. Posso citar o caso de jogadores que no dia do pagamento, quando eu ia receber, riam da minha cara, dizendo: tu recebes três mil e jogas; eu recebo seis mil e fico no banco de reservas e estou satisfeito.

LÚCIO FLÁVIO — Neves, tu achas que há uma diferença técnica entre os jogadores que vêm de fora e os daqui?

NEVES — Não, eu acho que não, porque como eu falei, existe o time da Tuna que é um time que joga todo direitinho. Quem vem de fora pensa que o negócio aqui é mole porque o futebol no Sul é mais fácil e aqui é mais violento.

PAULO — Achas que resolve importar jogador?

NEVES — Eu acho que para importar jogador, é preciso ver a situação do clube financeiramente. Para importar o jogador, tem que importar um que seja bom para chegar aqui jogando e fazendo jus ao que recebe, não criar problemas e o clube não deixar atrasar os pagamentos.

PAULO — Na semana passada a imprensa divulgou que alguns jogadores do Remo seriam dispensados desde que não pudessem dar tempo integral ao clube, porque alguns jogadores exercem outras atividades. Você exerce outra atividade além do futebol?

NEVES — Não,

infelizmente eu parei de estudar aos 16 anos de idade, quando fazia o terceiro ano básico no "Pátria e Cultura". Dediquei-me inteiramente ao futebol, quando fui para o Rio de Janeiro e outros lugares, deixei de estudar.

LÚCIO FLÁVIO — Que outra coisa você pode fazer além do futebol?

NEVES — Qualquer trabalho honesto. Inclusive um torcedor que eu considero o no. 1, entrou em ligação comigo e disse-me que no que eu quisesse eu poderia contar com ele. O seu nome é Miranda, proprietário da Gráfica Miranda. Mas acho que é muito cedo para tal coisa, visto que pretendo assinar ainda pelo futebol.

LÚCIO FLÁVIO — Entre a torcida sempre correu muito livre a versão de que todos os jogadores sempre bebiam antes das partidas e chegavam até a entrar em campo embriagados. Isso é verdade?

NEVES — Não, não é, isso é mentira. É que jogador não pode ser visto por perto de um bar, junto de um amigo bebendo, que logo vão dizer que ele é um bêbado. Inclusive uma vez foram dizer para o "seu" Danilo que eu estava me embriagando num bar e ele deu um tapa no sujeito porque todos nós estávamos na concentração.

O negócio é que a gente precisa se recuperar de uma partida e sempre é bom tomar uma cerveja. Eu gosto de tomar uma. Todo mundo toma mesmo.

LÚCIO FLÁVIO — Como é o relacionamento de vocês com os dirigentes, com os "cartolas"?

NEVES — Eu pretendia até escrever um livro contando isso, ia ser "Eu e o Remo". Teve um diretor que chegou a me dispensar por conta dele mesmo, no ano passado. Logo depois que nós ganhamos o bicampeonato ele me deu pra mais de cinco abraços, dizendo que eu é que era o bom mesmo. Eu podia ter criado muita confusão com os dirigentes mas eu nunca fiz isso, inclusive agora, quando eu podia levar o Remo na justiça (até me aconselharam isso), mas não vou fazer nada. Eu vou pegar o meu dinheirinho e pensar na vida.

LÚCIO FLÁVIO — Quanto você deve receber?

NEVES — Entre os atrasados que me devem e que têm que pagar por lei e as in-

denizações, 8 ou 10 mil cruzeiros.

LÚCIO FLÁVIO — Você disse que o futebol paraense é excessivamente violento. Naturalmente que uma parte dessa violência não é percebida pelo público. Você poderia relatar casos concretos?

NEVES — No ano que passou, por exemplo, todo mundo queria ver a caveira do Remo porque ele ia ser bicampeão. E por isso caçavam muito a gente. Teve um jogo com o Sporting onde eu cheguei a levar um tapa no rosto.

GUILHERME — Você sabe do caso de algum jogador que tenha jogado dopado aqui no Pará?

NEVES — Não, não sei. Vou até citar um caso: o "seu" Dário, massagista do Remo, ficava impressionado com o meu preparo físico e porque há oito anos eu não tomo injeção. Eu brigava com o pessoal do time infantil que chegava pro "seu" Dário e pedia pra ele aplicar injeção. Eu dizia que ele estava fazendo errado porque ainda era muito jovem. Mas eu nunca fui de tomar injeção, nem de jogar dopado. Mas eu já vi um colega meu jogar dopado e no final entregar o "ouro". Eu era bastante novo e vi logo que isso era uma coisa errada.

GUILHERME — O que é isso de entregar o ouro?

NEVES — Foi em Santa Catarina, quando eu estive lá. Um jogador do Metropol, que era a maior força de Santa Catarina, quando nós ganhávamos de um a zero, aos 43 minutos, ele dentro da área propositalmente pegou a bola com a mão e nós perdemos o campeonato.

LÚCIO FLÁVIO — Vocês sempre têm controle dos medicamentos que estão recebendo do enfermeiro e do médico?

NEVES — Estamos sabendo sim. Eu particularmente acho que foi a melhor coisa que se fez no futebol brasileiro foi criar o exame anti-doping. Pra mim o melhor tratamento que tem para dores nas pernas e mesmo depois de um treino puxado é a ducha, eu sempre procuro o hidroterápico.

LÚCIO FLÁVIO — Antes do exame anti-doping era comum dopar jogador?

NEVES — Era. Logo que eu fui pra Manaus numa excursão pelo Remo tinha um time de Teresina que estava

deixando as dependências do hotel onde a nossa delegação se hospedaria e o nosso massagista, ao entrar nos quartos ainda desarrumados, falou assim: "puxa, esse time aqui jogou só na base da bolota". Quando eu procurei saber o que era fui informado que tinha pra mais de 10 caixas de bolinhas.

LÚCIO FLÁVIO — Me diz uma coisa: tu já enfrentaste algum zagueiro dopado?

NEVES — Eu não conheço propriamente quando o cara está dopado.

LÚCIO FLÁVIO — Por exemplo, um cara que tenha apresentado um fôlego fora do normal, que tenha recebido pancada sem sentir. Já houve algum desses casos contigo?

NEVES — Já, bastante. Agora, quando o jogador entra em campo ele vai fazer das tripas, coração, conforme já aconteceu comigo particularmente. Eu tenho uma resposta para dar, não à torcida, mas para certos diretores do Clube do Remo, que eu tenho certeza absoluta que eu ainda vou disputar o campeonato paraense.

GUILHERME AUGUSTO — Como você recupera os quilos perdidos durante os jogos? Qual o tipo de regime alimentar?

NEVES — Olha, geralmente eu como bastante churrasco lá na Churrascaria Gaúcha e tomo cerveja. É fácil de recuperar.

LÚCIO FLÁVIO — Você falou que se começasse tudo de novo, iria cuidar mais da vida particular. Isso significa vida privada ou no sentido de cuidar mais do corpo?

NEVES — Não, mais da vida privada. Porque, como eu estava falando, eu posso sair para tomar um refrigerante e alguém interpretar mal, então eu procuraria não me expor muito. Procuraria sair da rotina de Belém e ir para outro lugar, como Mosqueiro, Algodual.

LÚCIO FLÁVIO — Esse relacionamento com o treinador é importante. Quais têm sido os seus problemas com o treinador?

NEVES — Já aconteceram vários problemas. Com o treinador Pinheiro que passou dois meses aqui treinando o Remo. Quando ele chegou o time foi para a Bahia e nessa época eu passei um ano sem

(CONTINUA)



Tem muito jogador que frequenta casa de "cartola". São os "puxa-saco". Eu não sou assim. Meus amigos eu já disse: são vendedores de bilhete de loteria, carvoeiro, faxineiro, gente assim. Eu me sinto bem nesse meio.

beber, em tratamento no Hospital Belém. Af eu dei tudo, me preparei e fui incluído na delegação, mas o meu contrato tinha terminado em janeiro e isso foi em março. Chegando na Bahia, nós ganhamos o Vitória de 1 x 0, ganhamos o Leônico e empatamos com o Fluminense de Feira de Santana.

Eu estava numa forma espetacular. No avião mesmo falei pro Pinheiro que quando chegasse em Belém tinha que tratar do meu contrato e eu só vou jogar domingo contra o Paissandu se tiver assinado contrato. E hoje é segunda-feira, ainda tem uma semana para falar com os diretores. Quando ele chegou parece que não ligou muito pro caso. Quando chegou na sexta-feira eu disse que não ia jogar. Cheguei mesmo a dizer que estava batido, mas fiquei concentrado.

Quando foi depois ele falou: tu não vais jogar então tu não tens condições. Eu vim embora pra casa, 10 minutos depois chegaram o seu Jorge Age e outro diretor dizendo que eu ia jogar de qualquer maneira. Eu voltei à concentração e o Pinheiro achou que eu não devia jogar: ou ficava eu ou ele. Então para não prejudicar o time eu não vou jogar e fui embora pra casa. No outro dia houve uma reunião porque o Pinheiro achava que eu não devia mais ficar no Clube do Remo. A diretoria achou que eu devia ficar porque o Pinheiro estava há pouco tempo em Belém, enquanto que eu era ídolo da torcida, "patrimônio do Clube", como diziam alguns diretores batendo em minhas costas. Fora o Pinheiro, eu não tive problema nenhum, todos foram meus amigos.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha que o treinador entende mesmo de futebol e permite que vocês tenham um melhor rendimento em campo ou ele é um embromador?

NEVES — Eu particularmente acho que um treinador não tem condições de chegar comigo e me ensinar a chutar, a driblar. O que ele pode fazer é tratar da minha preparação física. Um treinador para ser campeão tem que ter um plantel.

Ano passado, mesmo se fosse o Zagalo, Brandão, uma grande comissão, treinador da Holanda, o Paissandu não seria campeão porque ele estava sem plantel, um verda-

deiro bagaço. Até que ele conseguiu muito vencendo o segundo turno. No Clube do Remo, ponta esquerda tinha eu, o Rodrigues e o Amaral. Ponta direita tinha Prado e Caíto. Tinha o Nena, o Roberto. Na defesa, numa mesma posição, tinham o China e o Dutra. Lateral tinha, Lúcio, Cuca, Marinho e Rosemiro. Assim, o Remo tinha que ser campeão. E a Tuna quase que complica ainda a nossa vitória.

LÚCIO FLÁVIO — Vocês se reúnem com o treinador, ele faz aquele esquema no quadro. Vocês seguem o que o treinador fala?

NEVES — Nesse campeonato que passou, eu segui muito as instruções do Paulinho de Almeida — marcar bem o Gonzaga e o Humberto, acaba o time da Tuna. Então eu entrava em detalhes e ele dizia que eu estava ajudando porque realmente ele estava por fora do nosso futebol. Uns treinadores chegam a ouvir os jogadores mas têm outros que não aceitam. Dois treinadores que sempre conversaram comigo foi o Danilo Alvim e agora o Paulinho de Almeida.

LÚCIO FLÁVIO — E esses que não aceitam, vocês seguem o que ele fala?

NEVES — É, tem que fazer o que eles querem. Cada treinador tem a sua tática: uns querem assim, outros não. Como foi o caso agora. Ano passado o "seu" Paulinho achou que eu fui o baluarte, a torcida também. Agora o seu Paulo Amaral acha que eu já não sirvo para o time dele. Pra você ver como são as coisas.

LÚCIO FLÁVIO — O treinador acha que vocês são uns simples operários da bola, que devem fazer aquilo que mandam fazer e que não têm qualificação para discutirem com o treinador. E depois os dirigentes acham que vocês são uns simples empregados. Então vocês não ficam numa situação desamparada?

NEVES — A gente fica sim.

LÚCIO FLÁVIO — Agora você acha que de um modo geral o diretor ajuda ou atrapalha os jogadores?

NEVES — Tem muito diretor que chega a atrapalhar porque ele não é mais diretor, é torcedor. Como é o caso do Dr. Manoel Ribeiro, presidente do Remo, ele é mais torce-

dor que diretor do clube. Chega a prejudicar.

LÚCIO FLÁVIO — Como fanático, o diretor às vezes chega a ser ríspido com vocês, age com violência. Houve desses casos contigo?

NEVES — Como qualquer homem, às vezes ele está de bom humor mas às vezes não. Eu já encontrei o Manoel Ribeiro nessas situações.

LÚCIO FLÁVIO — Houve caso no Fluminense da diretoria proibir o jogador de entrar na sede social. Eles achavam que o lugar do jogador é no campo, na concentração. Há essa discriminação com relação a vocês aqui no Remo?

NEVES — Quando eu jogava no Fluminense não acontecia isso. Os jogadores tomavam banho na piscina — o Samarone era um deles. O Lula frequentava os bailes do Fluminense. Aqui no Remo não ocorre isso que você falou. Inclusive eu era um dos que mais frequentava a sede do Remo. O pessoal ia para as rodas-de-samba, no carnaval.

GUILHERME AUGUSTO — O jogador frequenta casa de cartola?

NEVES — Tem muitos jogadores que frequentam. São os jogadores puxa-saco. Eu não. Meus amigos, eu já disse, tenho mais amigos vendedor de bilhete, carvoeiro, gente assim.

LÚCIO FLÁVIO — Já recebeste alguma vez uma proposta em dinheiro para amolecer jogo?

NEVES — Não, nunca aconteceu comigo. Sei lá... O cara que faz uma coisa dessas é um louco.

LÚCIO FLÁVIO — Já houve caso de aparecer alguma "bicha" no time do Remo?

NEVES — Não, nunca houve. Já houve de ladrão. De vez em quando desaparecia dinheiro e roupa lá da concentração, mas depois acabou.

LÚCIO FLÁVIO — Não te lembrás de nenhuma "bicha" no futebol paraense?

NEVES — Teve um. Mas eu não posso citar o nome que ele é meu amigo. Trabalha na Prefeitura. E ele é o único funcionário da Prefeitura que não recebe mole.

LÚCIO FLÁVIO — Mas você acha que há possibilidade de um homossexual viver entre jogadores?

NEVES — Acho que dá sim. E em todo canto não tem? Não tem vários cantores aí? O camarada jogando um bom futebol, não há problema nenhum.

LÚCIO FLÁVIO — E quanto a treinadores? Parece que teve um treinador do Remo, famoso, que era, não?

NEVES — Era. Mas nunca chegou a ser provado mesmo.

Vamos voltando a uma pergunta feita anteriormente. Aqui no futebol paraense existem muitos garotos bons de bola. Mas bons mesmo. Inclusive eu sempre vi isso na escolinha do Remo. Agora têm um grande defeito. Geralmente esses garotos que são bons de bola são de família humilde.

Não têm condições nem de se alimentar. Então essa é que é a grande diferença do sul do país. Se um dia eu tivesse condições financeiras, eu seria capaz de fazer um colégio e escolher uns 35 garotos, tudo pra estudar. Eles precisam principalmente de alimentação, bom tratamento, andar bem trajado. O Zico quando chegou no Flamengo era um esqueleto. Hoje ele está uma marra. Isso foi a alimentação o tratamento médico que ele tem no Flamengo.

Aqui no Norte, você não vê num estádio de futebol nem ao menos uma barra para exercitar o pessoal. Geralmente os jogadores daqui são tudo nânico, como o meu caso. Na Tuna não tem jogador grande, a não ser o Carvalho.

Os outros são pequenos: Valtinho, Antenor. O Oliveira, quando veio do sul, era um verdadeiro marra. Porque aqui os jogadores só tomam um refresco, que é uma verdadeira ameba. Eles tomam pensando que é bom mas estão sendo prejudicados.

Então aqui não tem condições de ter uma escola como tem no sul do país, pra desenvolver os craques paraenses. Muitos jogadores tiveram que parar de jogar para sustentar os pais, procurar outro trabalho, como já aconteceu comigo. Como aconteceu aliás com um colega meu, um jogador excelente, que mora na

Itororó, um camarada fora de série que teve que parar para ser cobrador de ônibus, pra sustentar a mãe que era lavadeira.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha que como os jogadores são recrutados na classe pobre, a situação de precariedade do futebol reflete a própria situação de precariedade dessa classe?

NEVES — Exatamente.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha que modificou alguma coisa no futebol paraense de 1960 para cá?

NEVES — O futebol paraense mudou bastante devido à invasão dos jogadores que vieram do sul. Inclusive agora não tem tanto. No Remo tem uns cinco jogadores de fora. Deixa eu ver: o Dutra, Cafto, Roberto, Dico, Alcinô.

Mas teve uma época no Remo em que tinham 16 jogadores só do Rio. Mas sabe quantos jogavam? Apenas quatro.

Teve o caso dum camarada que era açougueiro e que veio jogar de ponta direita. Era o jogador mais miserável que eu conheci pois além dele ser açougueiro e vir jogar aqui, ele comprava roupa usada.

LÚCIO FLÁVIO — Como você explica isso: os dirigentes pagarem mais para jogadores do sul, que nem sempre são bons e esses jogadores não jogarem. É um negócio irracional?

NEVES — Sabe o que já aconteceu comigo, nesse momento? Se eu estivesse no Rio, jogando num clube de lá, com essa minha idade, e se eu quisesse jogar aqui, com certeza um clube local me contrataria.

Com certeza absoluta. Só valorizam o que é de fora. Geralmente os que vêm de fora é que são valorizados. Quer ver outro? O Remo gastou com o Luís Carlos, zagueiro do Flamengo, 40 milhões num mês. Uma coisa inacreditável. E chegou aqui para assinar o contrato, exigiu os 25 milhões na mão dele, na hora, porque senão voltava pro Rio. Eu estava lá na hora e vi.

(CONTINUA)



Quando eu jogava no Remo, quando ia bater um escanteio do lado da torcida do Paissandu, que eu chegava perto do alambrado, os torcedores me cuspiam ou me jogavam bagaço, pedra. Uma vez acertaram uma pedra na minha cabeça.

Recebeu esse dinheiro, mas um mês adiantado e não sei mais o quê. A maior luva que eu peguei no Remo foi 12 milhões, ano passado.

LÚCIO FLÁVIO — Quando você começou, haviam mais pessoas querendo ser jogador de futebol do que hoje?

NEVES — Hoje o jogador de futebol é uma pessoa mais mentalizada. Se eu fosse jogar novamente, eu ia jogar e estudar.

Como é o caso do Rui, que está fazendo segundo ano de Administração. Se eles largarem são uns verdadeiros loucos. Porque daqui a alguns anos estão formados, tranquilos. Porque amanhã eles abandonam os estudos, pegam uma contusão grave e não podem mais jogar futebol.

Ou como eu, que dediquei todo o meu tempo para o Remo e depois aconteceu isso que aconteceu.

LÚCIO FLÁVIO — Você tem INPS?

NEVES — Tenho a uns seis anos. Depois que eu me casei que eu vim tratar de tudo isso, carteira assinada, porque a minha senhora precisava descansar.

LÚCIO FLÁVIO — É comum os jogadores do Remo terem INPS?

NEVES — Eu acho que se cinco jogadores do Remo tiverem carteira assinada é muito.

LÚCIO FLÁVIO — Quer dizer que a maioria não tem carteira assinada?

NEVES — Não. Talvez porque no clube há muitos médicos. Então quando a gente precisa de médico, procura eles.

Quando a minha senhora precisou descansar, eu fui com o Dr. João Costa, um dos maiores ginecologistas daqui. Atendeu sem problema nenhum.

LÚCIO FLÁVIO — E quanto à aposentadoria?

NEVES — Eu não sei. Tem uma lei aí, parece, para aposentadoria de jogador. Parece que depois de 15 anos o jogador poderia se aposentar, pelo INPS. Mas eu não estou bem certo.

LÚCIO FLÁVIO — Então terias que passar mais nove anos descontando INPS porque tens apenas seis.

NEVES — O INPS eu já estou descontando há muito tempo, desde quando comecei a jogar futebol. Mas eu não tinha a carteira assinada, nem a do INPS. Belém é um dos poucos lugares que não tem associação de jogadores.

Quiseram fazer uma associação de jogadores veteranos mas não foi pra frente.

LÚCIO FLÁVIO — Talvez porque a classe de jogador não é uma classe unida?

NEVES — Falando seriamente eu acho que não. Inclusive no dia que eu fui visitar essa associação dos veteranos, estava o Cecim, China, Gilvano, Gueiros, 60, uma turma. Eu entrei em detalhes e disse que eu ficaria responsável de divulgar nos jogos do Remo.

Eu dei umas duas entrevistas falando nesse pessoal mas ficou nisso mesmo. Geralmente a maior parte dos jogadores só quer saber deles mesmo. Há algumas exceções. Como o Caíto, que quando soube da minha dispensa telefonou de São Paulo dizendo que estava sentido com isso.

E tem os torcedores. Soube que um cara de rádio recebeu 47 telefonemas em 10 minutos protestando contra a minha dispensa. Falam em campanhas.

Mas eu não quero essas campanhas porque eu não quero voltar para o Remo. Não volto mesmo. Podem até me dar todo o céu coberto com notas de 500 cruzeiros que eu não volto. Podem dar 50 milhões de cruzeiros e um bilhão de luvas, mas eu não volto. Prefiro vender bilhete de loteria na rua do que jogar pelo Remo novamente.

LÚCIO FLÁVIO — Tem torcedor que acredita piamente que no início do ano os dirigentes se reúnem para apontar o campeão. Vocês já chegaram a presenciar alguma vez esse acordo?

NEVES — Isso é um verdadeiro papo-furado. Porque dentro do campo é uma verdadeira guerra. As torcidas do Remo e Paissandu são exigentes. A do Remo principalmente. Eles marcaram o Lindóia,

que veio do Corinthians. O rapaz não podia jogar 30 minutos que pediam para ele sair. Então eu tenho esperança de jogar esse ano pela Tuna e será bom porque tem pouca torcida, não há tanta exigência como dos torcedores do Remo. O Paulinho de Almeida deixou o Remo porque nunca foi tão ofendido como naquele empate com o Sporting, em zero a zero.

LÚCIO FLÁVIO — Alguma vez você foi ameaçado de morte?

NEVES — Eu já fui ameaçado de levar beijo de torcedoras.

GUILHERME AUGUSTO — Dizem que o Alcino faz todas essas presepadas com os dirigentes do Remo porque ele teria um contrato com o Corinthians, caso fosse liberado pelo Remo. Isso é verdade?

NEVES — O Alcino faz e bagunça, mas ele leva a coisa a sério. Não é como o pessoal diz. É um camarada que parece agora está com 22 anos mas que tem uma mentalidade de 15 anos. Mas depois eu vi que ele não tem nada de criança. Tinha um jogo importante. O Alcino estava precisando de dinheiro, que a mãe dele estava doente. Então ele parece que queria ir para o Rio. Isso foi quase na hora do jogo, dizendo que não iria jogar. Eu disse pra ele que tinha que jogar. O Remo pode cancelar teu contrato.

Mas ele disse: "sou ídolo e posso fazer gols". Eu disse pra ele que no Remo tinha outros ídolos, como eu, que por três anos consecutivos fui melhor jogador. Ele disse que eu não sabia aproveitar mas ele sabia. Ele estava somente há dois anos no Remo e está tranquilo.

PAULO ROBERTO — O teu pai foi quem te levou para o Remo, não foi? E agora tens um filho. Vais querer que ele também seja jogador de futebol? Vais querer levá-lo para um clube?

NEVES — Não vou querer que meu filho jogue futebol.

Mas acontece que filho de peixe peixinho é. Ele ganhou tanto presente agora nesse Natal, de pessoal ligado a esporte. Deram velocípede, minhocão. E eu cheguei com uma bola. Ele largou tudo para ficar com a bola. Já está até fazendo "sola". E eu não vou impedir dele jogar fute-

bol. Se ele quiser jogar futebol, que jogue. Mas deixar de estudar ele não vai deixar nunca. Enquanto eu estiver vivo ele não vai deixar de estudar. Futebol vai ser uma coisa secundária. Primeiro o estudo.

LÚCIO FLÁVIO — Que propriedades você conseguiu comprar com o futebol?

NEVES — Não tenho nada, nada mesmo. Mas eu sou um cara inteligente, vou me virar por aí, tenho já uns negócios em mente. Eu pretendo inclusive me candidatar a vereador. Sei que vou ganhar disparado. Nessas últimas eleições era para eu me candidatar mas desisti porque eu achava que não devia me candidatar no partido que me ofereceu uma vaga. Era o MDB.

Eles foram várias vezes lá no campo me convidar. Mas o meu pai dizia: "olha rapaz, não vai te meter nesse negócio". Mas se eu entrasse eu me elegia tranquilamente. Inclusive num programa de rádio que eu fui, eu disse para o repórter que o bairro de Canudos me elegia tranquilamente.

Aí quando eu acabei de falar deram um telefonema pra rádio dizendo que o Telégrafo também estava comigo.

PAULO ROBERTO — Se eleito, quais seriam as tuas metas? Defenderias as causas dos jogadores?

NEVES — Eu estou por fora de política mas eu ia entrar em contato, ver como é que está esse negócio da política.

E uma das minhas metas seria ajudar o esporte suburbano. Porque a gente está vindo que em Belém não tem mais campo nos subúrbios. Tudo que é campo está acabando para construção de residências. Não existe divulgação do esporte suburbano.

LÚCIO FLÁVIO — Você entraria na política para ganhar dinheiro ou para exercer uma função política?

NEVES — Pra ganhar dinheiro. Bem, depois eu podia ir em frente ou então parar.

LÚCIO FLÁVIO — Você acha justa a atividade política de uma pessoa que não conhece nada de política, como certos radialistas que se elegeram pela fama? Entrarias nessa jogada?

NEVES — Realmente tem políticos que não enten-

dem nada, como alguns candidatos a deputado estadual que falavam besteira pela televisão.

LÚCIO FLÁVIO — Mas seriam do governo ou da oposição?

NEVES — Isso é uma coisa que eu tenho que pensar, né? Eu não posso responder agora... ia ver como ficava.

LÚCIO FLÁVIO — O torcedor aqui é violento?

NEVES — Existem muitos torcedores violentos sim. Isso só porque o Pará ainda não tem um estádio. Eu quando estava jogando pelo Remo, quando eu ia bater escanteio do lado da torcida do Paissandu, que eu chegava perto do alambrado, os torcedores cuspiam, ou me jogavam bagaço, pedra. Uma vez acertaram uma pedra na minha cabeça. Outra vez até me seguraram. Eu voltei e cuspi também na cara do torcedor.

ADEMIR SILVA — Mas você acha que o torcedor faz isso só por paixão pelo clube ou tem outra causa?

NEVES — É paixão mesmo. Eu, por exemplo, não ia deixar de ir a um passeio no domingo pra ir me apertar no campo. E há torcedores que chegam meio-dia no campo, chegam comigo e pediam pra eu colocar pra dentro que o cara só tinha um cruzeiro pra voltar pra casa. Às vezes eu quebrava o galho.

GUILHERME AUGUSTO — Os juizes são uns caras que estão ali, pelo menos teoricamente, para dirigir uma partida imparcialmente. Isso de fato acontece?

NEVES — Eu aqui já fui ameaçado por juiz dentro do campo porque eu disse que ele estava porre. Mas eu nunca soube de juiz que havia sido "cantado".

LÚCIO FLÁVIO — Mas têm uns juizes que são torcedores do Remo, Paissandu ou Tuna e prejudicam o time adversário.

NEVES — Acho que isso é superstição. Dizem por exemplo que o Remo nunca ganhou com o Armando Marques.

LÚCIO FLÁVIO — O Armando Marques é "bicha" mesmo?

NEVES — Esse é sim. Porque eu tenho um amigo que foi tomar uns uísques com ele, coisa e tal. Mas dentro do campo ele é uma autoridade. Fora do campo ele pode fazer as coisas dele mas dentro do campo ele tem moral.

(CONCLUSÃO)



BAIXADAS

Um círculo de lama e esperança



Há 20 ou 30 anos, vindos do interior e sem condições de alugar moradia nas áreas já urbanizadas de Belém, eles instalaram-se precariamente nos pântanos, depósitos de lixo e matagais abandonados da periferia da cidade. Aos poucos, "com muito suor, iniciativa e economia", realizaram os primeiros aterros, abriram ruas e introduziram benfeitorias para melhorar as condições da habitação.

A Prefeitura iniciava obras de infra-estrutura, abria avenidas, realizava melhoramentos. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), conjuntamente com o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), anunciou um audacioso plano para a recuperação das áreas de baixada de Belém.

Para os moradores, seria então chegada a hora da água encanada, da luz elétrica, do esgoto, do acesso dos filhos às escolas e da valorização de suas propriedades. Mas, junto com os melhoramentos chegou a ambição do homem, traduzida na especulação imobiliária. E cresceram as preocupações dos moradores das áreas periféricas da cidade.

Os donos da terra apareceram e muitos já foram intimados a deixar suas propriedades, como é o caso dos que habitam as passagens Vila Nova, Brasília, Quarubas e parte da Avenida Senador Lemos, no bairro da Sacramento.

Constituída de interioranos atraídos pelas hipotéticas facilidades da vida da capital e por pessoas empobrecidas na própria cidade, a população dos alagados que circundam Belém ainda acredita na possibilidade de não ser expulsa.

Mas poucos querem deixar as áreas que residem, mesmo que elas não sejam recomendadas à habitação. Ao lado de moléstias, criminalidade, desocupação e fome, eles preferem cultivar a ilusão que a proximidade da cidade oferece do que ir para lugares distantes. Para ficar, formam grupos comunitários e lutam com as armas que possuem.

Osmarina Maia dos Santos em outubro do ano passado arrumou suas malas, vestiu roupas novas em seus nove filhos e veio para Belém, instalando-se às margens do igarapé do Una, no Barreiro, onde alugou uma barraca de madeira por cem cruzeiros. Ela estava doente e precisava se operar. Os filhos já estavam em idade escolar, e o marido,

marceneiro, não dispunha de um amplo campo de trabalho em Santarém Novo. Depois de comparecer seguidamente por três madrugadas às filas da Santa Casa de Misericórdia, ela conseguiu operar-se de apêndice. O filho mais velho foi matriculado na Escola Stélio Maroja, um barracão localizado na parte mais central e alagada da bacia do Una. O marido bateu de porta em porta e depois de um mês depois conseguiu trabalho.

E muito alto o índice de desemprego nas áreas de baixada. Sem qualificação profissional na maioria das vezes, analfabetos, eles vivem da renda conseguida em trabalhos pesados como escavações e capinagem. É comum ver-se à porta das tabernas, botequins e bilharitos, grupos de conversa entre os homens.

Nús da cintura para cima e fumando cigarros sem filtro, eles passam os dias da semana nas esquinas e nas casas de jogo de bilharito, onde frequentemente ocorrem mortes violentas e formam-se pontos para o tráfico de maconha. É decorrente do subemprego e da desocupação a elevada taxa de criminalidade nos alagados.

A população pacata das avenidas próximas às baixadas acostumou-se a conviver com a violência que nasce e se desenvolve nas áreas. E a não interferir.

Natural de Portel, seu Eustórgio Alves dos Santos é proprietário de uma mercearia no cruzamento do igarapé do Una com a Avenida Pedro Álvares Cabral, onde "antigamente" passava a extinta linha de ferro.

Uma de suas maiores preocupações é não deixar que seus filhos saiam à rua e se juntem "a essa laia de desocupados que passa o dia na porta das tabernas". (Palavras da antropóloga Lourdes Gonçalves de Furtado, sobre essas tabernas: "parecem funcionar como válvula de escape das tensões do cotidiano") Seu Eustórgio, como os demais moradores, sabe de tudo o que se sucede na porta dos botequins, mas não procura a polícia ela aparece em suas batidas diárias ao local.

Ele prefere não entrar "nesses problemas" por acreditar sinceramente que, seja quem for, o morador da baixada é considerado suspeito e por isso ninguém sabe, ninguém viu nada". As nove horas da noite ele fecha sua casa,

reforçando a fechadura com trancas e móveis pesados. Depois dessa hora, "é preferível não ir à rua".



Como os filhos de seu Eustórgio e de dona Osmarina, as crianças das áreas de baixadas passam o dia trancadas dentro de casa: para evitar as más companhias ou porque o próprio lugar não oferece meios de recreação para crianças, jovens e adultos. Mas meninas e rapazes seminus são vistos frequentemente banhando-se nas águas sujas do igarapé do Una, boiando entre os detritos da população. Com essa água as pessoas lavam suas roupas, os pratos e a casa, geralmente de um único compartimento, onde dormem juntas até mais de dez pessoas, sem distinção de sexo. Antes de completar quinze anos de idade, muitas meninas já estão prostitutas ou mantiveram relação sexual com os rapazes. O próprio meio e a educação carentes contribuem para essa situação.

Para a antropóloga Lourdes Gonçalves Furtado, há um complexo de causas que determina o precário nível educacional dos alagados.

Entre elas, a baixa renda da população, a freqüente mobilidade de uma residência para outra e mesmo um certo desinteresse pela necessidade de instrução. Essa formação dos chefes de família é em parte responsável pela não freqüência das crianças às escolas ou mesmo pelo retardamento no seu ingresso ao ensino.



A pesar de todas as adversidades de um meio sem condições sanitárias necessárias a uma vida digna, onde as águas invadem as casas no

inverno, não há escolas e cenas violentas são uma constante, o morador das baixadas prefere ficar onde está. Embora ele não se preocupe em melhorar suas casas de madeira de péssima qualidade, construídas às vezes com tábuas de caixote. "De que adianta construir um barraco bom se um dia ele pode ser derrubado por força da lei?"

Não adianta plantar em terreno alheio, se corremos o risco de sermos despejados", ouviu de um morador a antropóloga Lourdes Gonçalves durante a pesquisa que fez sobre as baixadas para uma tese publicada no Boletim do Museu Emílio Goeldi.

Às margens do igarapé São Joaquim, uma bifurcação do Una que segue em direção ao bairro da Marambaia, estavam assentadas mais de 45 famílias distribuídas pelas passagens Vila Nova, Brasília, (e já fora do leito do igarapé), Avenida Senador Lemos e Passagem Quarubas. Como em toda a região, os moradores das baixadas ergueram suas casas em terrenos pertencentes a outras pessoas e não estão devidamente regularizados junto à Prefeitura de Belém.

Esta faixa de terra, na administração do prefeito Nélio Lobato, foi doada ao Comando Regional da Aeronáutica, que depois as reivindicou, num momento em que os moradores esperavam pela chegada da "água encanada, luz elétrica, do esgoto, das melhorias das condições higiênicas e saúde", decorrentes do trabalho de infra-estrutura realizado nas avenidas Senador Lemos, Pedro Álvares Cabral e Dr. Freitas.

Tornando-se proprietária da área graças à doação da Prefeitura, a Aeronáutica passou a reivindicar a propriedade.

Logo, 12 famílias aceitaram a indenização, mas as restantes relutaram em fazê-lo.

Através de assistentes sociais enviadas pelo Comando da 1ª. Zona Aérea, os moradores ficaram sabendo que na área surgirá um campo de pára-quedismo. Outros afirmam que será construído um conjunto habitacional da Aeronáutica.

Sem ter perspectivas, os moradores procuram o arcebispo de Belém, D. Alberto Gaudêncio Ramos, "a quem pedimos que fosse nosso intermediário". Para isso foi feita uma reunião da qual participaram, além do Arcebispo, o juiz de Menores, Stélio Bruno de Menezes e o advogado Waldemar Viana.

Procuraram ainda o apoio dos deputados Brabo de Carvalho, Osvaldo Melo, do prefeito de Belém, Octavio Cascaes, e do senador Jarbas Passarinho. "A todos transmitimos os nossos apelos, as nossas aflições". Em seguida foram à Comissão de Justiça e Paz, "que não veio até nós, apesar de haver-mos convidado".

A situação perdurou. Alguns aceitaram a indenização oferecida. Deles, a maior parte foi ocupar terrenos localizados no Bengui, uma área indefinida quanto à propriedade. Os apelos prosseguiram.

Reunidos, os moradores resolveram então fazer uma carta, que foi enviada a todos os órgãos, aos quais foi solicitada ajuda.

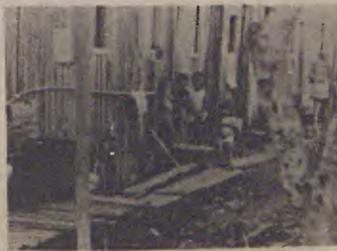
A carta circulou entre a maioria dos parlamentares estaduais, federais e candidatos, chegando, por fim, às mãos do senador Jarbas Passarinho, que a respondeu em carta datada do dia 2 de novembro do ano passado, em papel timbrado com seu nome.

Depois de relatar seu encontro inicial com os moradores e lembrar das providências que prometera tomar, Jarbas Passarinho diz: "Recebo uma carta cheia de naturais amarguras e de uma invidiosa. Esta é a de que nada quisemos fazer por eles. Falso. De minha parte mostrei-lhes claramente a dificuldade material de providências eficientes dada a delicadeza do assunto".

Afirmava Passarinho que em Brasília encaminhara o problema ao Ministro da Aeronáutica, pedindo, inicialmente, uma prorrogação para o prazo do despejo, "para evitar que as crianças em período escolar sofressem os efeitos da nossa mudança".

Agora recebo uma carta cheia de natural amargura, mas igualmente injusta. Se querem descarregar sua mágoa que o façam em mim, pois seria o único em relativas condições de poder ajudá-los. Já estou acostumado a ser responsabilizado por tudo que causa mágoa ou aborrecimento no Pará".

E concluiu Jarbas parafraseando Milton Campos: "O poder temporal é um penoso privilégio, nos países subdesenvolvidos".



No bairro do Bengui, um pouco depois do conjunto residencial "Panorama XXI" e à esquerda da rodovia Augusto Montenegro, os antigos moradores do igarapé do Una já estão abrindo uma clareira na mata, aterrando terrenos alagados e esperando pela água encanada, esgotos e luz elétrica que virão quando o progresso chegar até ali.



Santa Casa está longe de dar um bom atendimento aos seus pacientes, a maioria constituída por indigentes. Mas se ela fechar, quem dará assistência médica à população pobre? Esta é uma possibilidade e uma ameaça.

Caso seja concretizada a possibilidade de se reduzir ou extinguir a indigência da Santa Casa de Misericórdia, mais um grave problema social estará criado em Belém.

A possibilidade foi levantada pelo Provedor da entidade, médico Rainero Maroja, na exposição de motivos que enviou ao Governador do Estado, mostrando a precária situação financeira da Santa Casa e pedindo a providencial ajuda de um milhão de cruzeiros, colocados à disposição da Secretaria de Estado de Saúde Pública e até hoje não utilizados.

Atualmente em Belém,

Indigentes podem ficar sem hospital

a Santa Casa é o único hospital que presta assistência médica não remunerada aos chamados indigentes, em termos significativos. É provável que a maior barreira à continuidade desse atendimento seja a falta de contribuição das partes ligadas ao problema: o governo estadual e municipal.

Como sociedade civil, acredita-se que a Santa Casa não pode, sozinha, assumir as responsabilidades pelo atendimento a não contribuintes, pois necessariamente essa responsabilidade deveria ser dividida com o poder público.

Na exposição de motivos enviada ao Governador do Estado, o Provedor da Santa Casa explica que o reajuste salarial havido este ano, elevando para 500 mil a folha de pagamentos de seus funcionários, entre outras despesas, tornou-se impraticável a manutenção da indigência, dentro das atuais condições, com um leito-aula chegando a 600 cruzeiros por mês. Ao final do ano passado, com os compromissos decorrentes do pagamento do décimo terceiro salário, a Santa Casa teria que gastar um milhão de cruzeiros (o que não foi feito, pois o

pagamento saiu em duas parcelas). Isso fez sua direção chegar definitivamente ao dilema: ou o governo dá uma ajuda maior, ou se reduz e extingue-se a indigência.

O veredito do Governo do Estado, através de sua Secretaria da Fazenda, porém, não é promissor: o dinheiro solicitado é proveniente de fundos do governo federal e não podem ser repassados. O problema é muito complexo para ser resolvido unilateralmente. No momento, a Universidade Federal do Pará contribui com uma verba específica à Santa Casa, além de ser a principal responsável pelos equipamentos modernos de que dispõe atualmente a entidade. Agora, também o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural destina uma certa quantia, havendo ainda uma contribuição do Governo do Estado, de 200 mil cruzeiros por mês, o que representa 2,4 milhões ao ano.

A própria Santa Casa de Misericórdia dispõe de um vasto patrimônio, que apenas precisa ser melhor administrado por sua enferrujada máquina burocrática. O patrimônio imobiliário, por exemplo. Alugadas há muito tempo, a Santa Casa possui, hoje, mui-

tas casas em Belém, pelas quais recebe insignificantes quantias de dez, doze, quinze ou vinte cruzeiros, como aluguel. Tem ainda um serviço funerário muito solicitado e a própria renda proveniente dos pacientes que poderiam aliviar a incômoda situação.

Os próprios médicos que atuam na Santa Casa reconhecem que na maioria das vezes o tempo de permanência dos doentes é excessivamente longo, elevando bastante o preço do leito-dia, onerando em consequência ainda mais a débil finança do hospital.

BECO SEM SAÍDA

“Caso se concretize a extinção da chamada indigência, os doentes de fraco, ou nenhum poder econômico, ficarão num beco sem saída”. Quem afirma, é o médico Camilo Viana, que desde os tempos de acadêmico está trabalhando na Santa Casa de Misericórdia. Paralelamente, “a Santa Casa é o maior e melhor centro de treinamento de gerações sucessivas de médicos, justamente por essa peculiaridade de receber doentes de todo o interior do Estado, em torno de 40 a 60 por cen-

to do total de atendimento verificado”.

É verdade, admite Camilo Viana, que os problemas existentes com relação ao ensino médico são “difíceis e penosos”. Porém, “se formos pesar as vantagens e a importância, o que se lucra não é medido nem avaliado, porque as enfermarias da Santa Casa dão uma imagem real do ensino, aprendizado e situação sócio-econômica dos doentes, sem nenhuma interpretação viciada da realidade”.

As palavras de Camilo Vianna podem ser comprovadas diariamente em frente ao prédio da Santa Casa. Perto de quinhentas pessoas brigam desesperadas por uma ficha que permita um tratamento num dos seis pavilhões, ou cerca de vinte enfermarias, com aproximadamente 600 leitos da Santa Casa.

Para essas pessoas, resta a esperança do Hospital Escola que a Universidade Federal do Pará pretende construir, mas que não deverá estar pronto antes de dois ou três anos. Resta, portanto, à Santa Casa, com seu funcionamento obsoleto e atendimento com características às vezes centenárias, equacionar devidamente o problema.





Na Pedreira, 5 mil esperam o milagre

saíam, deixem este corpo. Vocês estão sendo destruídas em nome de Jesus. Toda a obra do diabo, saia agora. Espírito de doença, saia em nome de Jesus", brada o missionário. Algumas pessoas choram, outras repetem o nome de Jesus insistentemente. Contorcem as mãos. Outras são "possuídas pelo demônio". E caem no cimento, aos pés do missionário, que passa a realizar um dos mais rápidos e curiosos exorcismos que se conhece, extraindo o demônio do corpo das pessoas.

Desde pequenas dores de dentes, a surdos que de repente passam a ouvir e cegos que readquirem a visão. A maioria já havia procurado antes o Espiritismo, a Umbanda, a Quimbanda, a Igreja Católica e os médicos, mas sem obter resultados. Na travessa Iitororó, os casos se sucedem: Rosângela Nascimento Menezes, oito anos, sofria das amígdalas, e já havia marcado operação para extrai-las. Ao fechar os olhos e perceber as preces e a mão do missionário sobre sua cabeça, "senti uma coisa estranha saindo da minha garganta". Estava completamente curada.

20 de novembro de 1973 - Josué Bengtson consegue alugar um velho galpão de fábrica na Rua Benjamin Constant, próximo a Gaspar Viana. Logo nos primeiros dias aparece Moisés Silvestre Moraes, estudante do segundo ano de medicina, com uma doença na vista. Com poucos dias de oração o esrudante está completamente curado. A partir daí, as sessões da Igreja do Evangelho Quadrangular passaram a atrair cada vez mais gente. As curas se sucedem. O missionário explica: "não sou eu quem cura, é a fé". Ainda no antigo barracão Francisco Rodrigues da Silva, de 47 anos, fica curado de asma, que havia resistido às três vezes em que este internado no hospital. A hérnia de dona Eglantina Almeida Palxão desaparece e o universitário Vilhena da Vera Cruz recupera a visão.

Em pouco tempo o nome do missionário atingia os pontos mais distantes do Estado e muitas pessoas chegavam a Belém para receber a cura divina. Ganha por fim um programa de rádio, onde evoca todas as manhãs os poderes de Cristo contra as artimanhas do demônio na terra. Com as "contribuições voluntárias", é

comprado o atual terreno onde se ergue o barracão, na Pedreira. Algumas sessões chegam a ser frequentadas por dez mil pessoas.

A missão vai abrir, agora, mais um templo no bairro do Guamá, em Belém, e provavelmente outros no Telégrafo e Marambaia. Dois missionários que se encontravam em Belém foram para Manaus, no Amazonas, para implantar a seita.

Em Macapá, chegou outro missionário, com a mesma missão. Ainda no Pará, o missionário recebeu convite do prefeito de Cametá, que facilitará a compra de terreno para as sessões e hospedagem.

23 de janeiro de 1975. Cerca de duas mil pessoas aguardam a chegada do missionário José Alves. Algumas carregam doenças insólitas, outras males incuráveis. Fotografias de parentes viciados em tóxicos e roupas dos que não puderam ir até o templo da Igreja do Evangelho Quadrangular (que tem esse nome porque são quatro as doutrinas fundamentais do Evangelho: a salvação, a cura divina, o batismo com o Espírito Santo e a segunda vinda de Jesus Cristo).

O missionário lê o evangelho sob os ruídos dos fiéis, a tosse rouca da asma incurável, o choro das crianças. O calor mistura-se a demonstrações patéticas: a mocinha branca, de aparentemente quinze anos, esfrega ferozmente as mãos sobre o corpo, aperta os seios. Uma velha maltrapilha repete o gesto sobre o olho esquerdo com um tampão de gazes e esparadrapo, ensanguentado. José Alves termina a leitura do Evangelho e se dirige para o meio do salão. Com voz firme, diz aos presentes:

"Vocês já viram uma doença que não quer um médico, doente que não quer tomar remédio. Estamos aqui para receber a graça do Senhor, pela fé. E vocês receberão a graça de Deus, porque Deus está presente".

(Não representa nenhum milagre o fato de uma pessoa, condicionada por uma profunda e irracional crença nos poderes sobrenaturais de outra, mobilize suas energias a ponto de deixar de sentir uma dor ou incômodo de intensidade muito elevada. Esses fenômenos ocorrem em outras situações: quando a pessoa está

sob o efeito de entorpecentes que embotam a sensibilidade nervosa, ou quando um súbito terror a impede de prestar atenção à dor de dente ou de cabeça. Alguns problemas psicológicos, pequenas crises de angústia e depressão podem ser curados por um milagreiro, tanto quanto por um pai de santo ou psiquiatra, desde que o paciente consiga ser envolvido pelo poder hipnótico do curador, é o que afirmam os psicólogos).

A sessão chega ao clímax, a hora em que os espíritos malignos que incorporaram os doentes deverão ser expulsos pela infinita misericórdia de Jesus. O missionário pede às pessoas presentes que levem um dos braços e coloquem o outro sobre a parte do corpo onde sentem a doença. Ele clama por Jesus e os fiéis repetem suas palavras. Com o braço para o alto e os olhos fechados: "Dores no corpo, enfermidades das colunas, doenças nas juntas, inflamações. Hérnias, inflamações uterinas ou ovarianas, bico de papagaio, reumatismo, inflamações intestinais. Fechem seus olhos pensando em Deus. Todos os que têm fé serão curados pelo poder de Deus, da Santíssima Trindade. Em nome de Cristo peço a graça poderosa da cura divina. E foi ele quem disse, se colocares a mão sobre os doentes eu os curarei. Que saia em nome de Cristo, todo o poder do diabo. Doença maligna, do alto da cabeça, à planta dos pés, eu vos ordeno, sair em nome de Jesus".

O conceito moderno de hipnose abrange qualquer influência de uma pessoa sobre outra. Quando um homem seduz uma mulher, sem que ela antes da abordagem sequer pensasse nisso, é o caso de hipnose em pequena escala, assim como o observado em corretores e camelôs que usam desse dom, que neles é natural, para o fim a que se propõem. O problema real, porém - diz a psiquiatria - é que nem o milagreiro, nem o pai-de-santo conseguem curar doenças de base orgânica, como câncer, perna quebrada e diarreia infecciosa. Mesmo em doenças de fundo psicológico, o pouco tempo de contato com o "paciente" e a impossibilidade de mergulhar nas causas da angústia, permitem-lhe apenas fazer desaparecer por algum tempo os efeitos. Há também o efeito da coletividade, quando seis pessoas dizem a um ignorante que foram curadas pelo

Como o Arcanjo São Miguel, o missionário paulista José Alves colocou-se à frente do corpo de Maria do Socorro Souza. Ela soltava gritos roucos e o som gutural ampliava-se pelo imenso salão da Igreja do Evangelho Quadrangular. "Senti uma coisa estranha dentro de mim". O missionário, debruçado sobre seu corpo, levantando e descendo os braços, brada: "Esa da enfermidade, da feitiçaria que dá vida às doenças, deixa este corpo, espírito do mal".

Diariamente, quase cinco mil pessoas frequentam o salão da Igreja do Evangelho Quadrangular, na rua Iitororó, no bairro da Pedreira. São pessoas crentes, mas desesperançadas com a vida. Elas procuram a cura de um mal. Seja patológico ou psicológico: hérnias, bico de papagaio, reumatismo, inflamações uterinas. Ou praga, mal olhado, "caninga" e os dias melhores que a ciência e o dinheiro não conseguem dar.

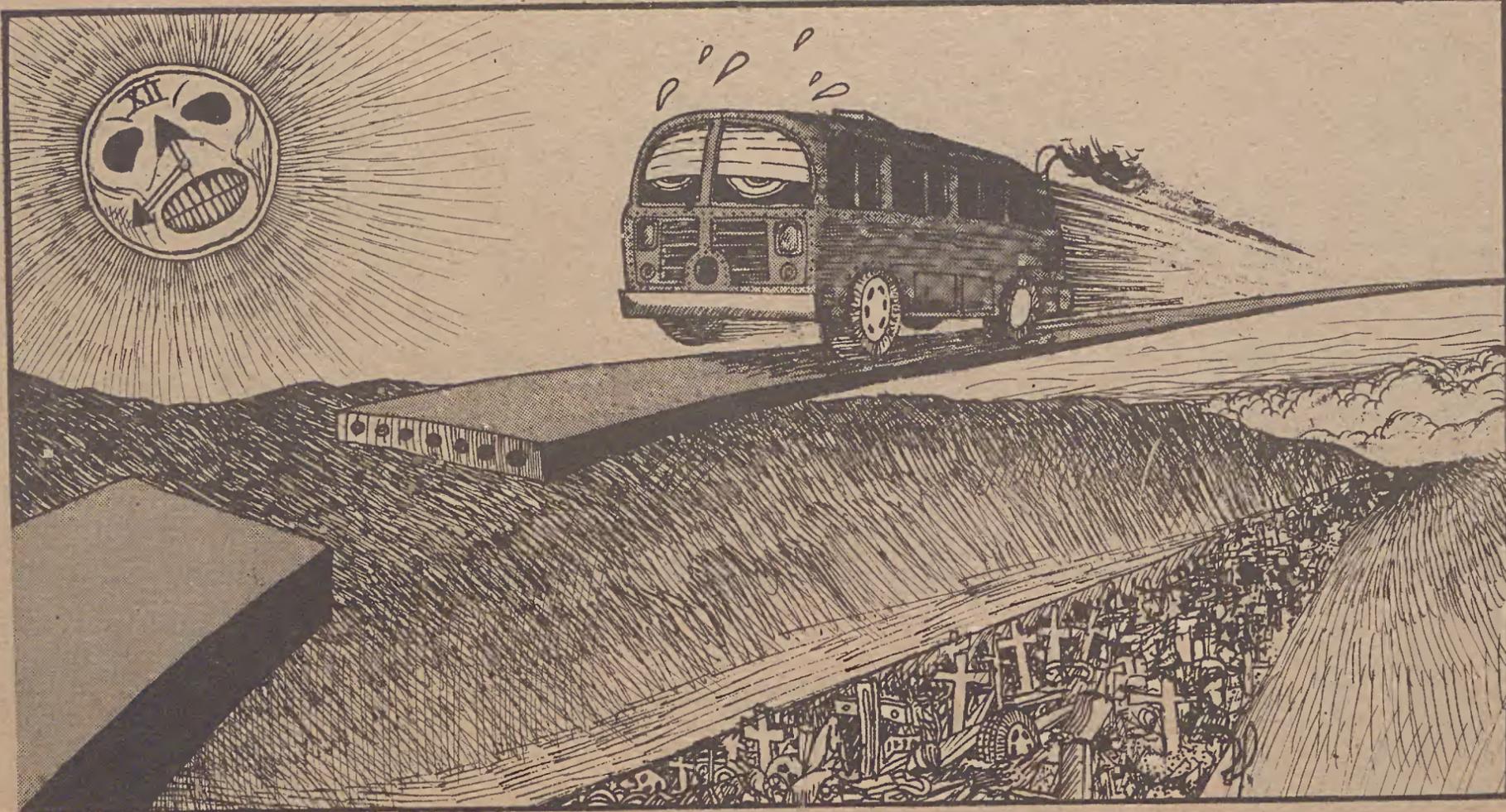
"Poder das doenças, poder das trevas. Doenças do diabo,

a impressão ou mesmo simulando que foi curado).

Longo silêncio. Algumas pessoas abrem os olhos. Outras gemem e rangem os dentes. O silêncio é quebrado pelo missionário: "Se alguma pessoa, agora, neste momento, sentiu a dádiva de Jesus, que o diga". Há quem levante o braço. Uma mulher com cara de idiota diz timidamente: "Eu cheguei aqui com uma dor de cabeça... passou". É chegada a hora do ofertório. "Os irmãos que estão implantando a Santa Missão em Manaus e Macapá, precisam de ajuda. Uma ajuda especial para a abertura dessas obras. A ajuda do programa no rádio e os que puderem, agora. Não como pagamento da bênção, pois não a estamos vendendo. Nada cobramos, mas precisamos de ajuda".

E na fábrica das ilusões ainda estão as marcas de um espanto não contido. As marcas dos demônios expulsos. Ainda estão as marcas de dores cicatrizadas. E cotre entre elas um saco para recolher as "ajudas" que os fiéis depositam. Elas vão alimentar a fé, o templo e o pastor.





Perigo na estrada

As condições da Belém-Brasília, que é apenas um exemplo da precária implantação de estradas na Amazônia, e o funcionamento irregular dos ônibus que fazem linhas na região, estão contribuindo para elevar, no número de casos e na amplitude de vítimas, os acidentes rodoviários na região amazônica.

A precária implantação de estradas na Amazônia fez na semana passada mais vítimas: repetindo quase integralmente um acidente ocorrido há seis meses, um ônibus da empresa Transbrasiliana chocou-se com um caminhão que estava parado na pista sem sinalização, no quilômetro 1.480 da Belém-Brasília, já em território goiano. Morreram 12 pessoas e outras 26 sofreram ferimentos graves ou leves. O ônibus, com seus 36 lugares inteiramente ocupados, saiu de Belém às 7 horas da manhã, dia 19, com destino a Brasília. Às 18,05 chegou a Estreito, a 708 quilômetros de Belém, uma escala intermediária antes de chegar a Araguaína, em Goiás, onde os passageiros jantariam.

Dez minutos depois o ônibus saiu de Estreito e cruzou os limites entre o Maranhão e Goiás. Mas não passou de 12 quilômetros à frente: chocou-se com o caminhão parado. Até agora, as informações não permitiram uma exata reconstituição da colisão, mas supõe-se que tenha se repetido o episódio anterior, quando um ônibus da Transbrasiliana foi atingido por um caminhão carregando madeira que saiu de sua mão para apanhar o ônibus do outro lado. Nessa ocasião, 71 pessoas morreram — um recorde nacional.

Os dois motoristas do ônibus (o efetivo e o suplente) morreram instantaneamente, deduzindo-se daí a violência da colisão e sua ocorrência brusca e surpreendente. O motorista não deve ter tido tempo para perceber o caminhão parado e desviar o ônibus: pela rapidez dos movimentos ou porque estava dormindo. Morreram 10 passageiros, sete homens e três mulheres. Dos 10 feridos em estado grave, seis eram homens e quatro mulheres. Os outros 15 feridos — nove mulheres, seis homens e uma criança — sofreram ferimentos leves. A maioria dos passageiros ia para Brasília.

As condições da Belém-Brasília e o funcionamento irregular dos ônibus que fazem linhas na Amazônia estão contribuindo para elevar, no número de casos e na amplitude de vítimas, os acidentes rodoviários na região. As estradas são consideradas como meios de ligação de frentes pioneiras e, mesmo no caso da Belém-Brasília, já com 14 anos de intenso tráfego, suas condições não foram melhoradas para absorver o fluxo crescente de veículos. Mesmo quase inteiramente asfaltada, a Belém-Brasília está quase inteiramente desprovida de sinalização, acostamentos inadequados, ausência de fiscalização (a única que funciona

está mais preocupada com a regularização fiscal dos caminhões de carga) e um absoluto descaço das empresas para um melhor atendimento dos passageiros.

Parece não ter sido percebida pelas autoridades rodoviárias as transformações que têm ocorrido na Belém-Brasília, uma estrada de intenso tráfego não apenas por ônibus e carros particulares, mas por caminhões pesados, em grande parte responsáveis pelo abastecimento de Belém (que anteriormente era feito por via marítima). Se a utilização da estrada raramente é controlada, a atividade das empresas de passageiros recebe uma fiscalização ainda menos eficiente. Prevalece a noção de que o passageiro de ônibus é de classe economicamente inferior e por isso não está preocupado com as condições de conforto e segurança dos ônibus — e mesmo se tiver essas aspirações, dificilmente elas seriam atendidas. Por isso, os ônibus frequentemente excedem suas lotações e carregam passageiros que viajam em pé ou sentados no chão. Esse teria se repetido também no acidente da semana passada: o ônibus recebera mais passageiros no caminhão, embora já tivesse saído lotado da estação rodoviária em Belém. Mas a denúncia não foi confirmada.

Mesmo o problema das informações mostra a precariedade do transporte rodoviário na região. Um dia depois do acidente sabia-se pouco sobre ele em Belém. Numa cidade que não estava acostumada aos registros frequentes de grandes acidentes, tanto nas estradas esburacadas como nos rios sem fiscalização, a ocorrência de colisões de veículos e naufrágio ou explosão de barcos está mostrando que a Amazônia vive um problema novo, típico das áreas mais desenvolvidas.

Segurança é um luxo raro

Um motorista da empresa Transbrasiliana, a maior das que operam na área amazônica, ganha mil cruzeiros por mês de salário. Como ele é considerado insuficiente, fazem horas extras e por isso chegam a obter dois mil cruzeiros mensais. Mas dormem pouco nos intervalos entre uma e outra viagem, que nos 2.200 quilômetros da Belém-Brasília exigem 36 horas contínuas de trabalho.

Além de estar cansado e, algumas vezes, cochilar no volante, o motorista não dispõe de um veículo seguro. Um

ônibus de linha interestadual não possui os mais elementares equipamentos de proteção, como o cinto de segurança e os freios normais, de uso obrigatório. Os outros equipamentos, como faroletes e faróis dianteiros de luz branca, dispositivos de emergência independentes do circuito elétrico do veículo ou freios de estacionamento, são um luxo raro e de distante aplicação.

As empresas também não dispõem de qualquer retaguarda. Um mês antes do acidente, o engenheiro José Augusto Souza, assessor junto à SEMEC para assuntos de segurança do trabalho, havia sugerido à Transbrasiliana a contratação de um engenheiro de segurança, um médico do trabalho, um inspetor de segurança e um auxiliar de enfermagem do trabalho. Sua proposta não foi aceita.

Mas talvez o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) possa adotar uma medida para modificar imediatamente alguma coisa: encurtar o prazo para vistorias nos ônibus. Atualmente a vistoria é feita a cada seis meses e as empresas preocupam-se em deixar semestralmente em bom estado seus veículos. Mas antes e depois eles, mais do que um instrumento de transporte, são uma arma potencial e perigosa.

(CONTINUA)

**As estradas****fracassaram**

Depois de cinco grandes estradas, a um custo nunca oficialmente revelado, mas que não deve ter sido inferior a 4 bilhões de cruzeiros, o modelo de ocupação da Amazônia através das estradas não convenceu sobre sua legitimidade, nem à opinião pública, nem a alguns integrantes do próprio governo que surgiu ao fim da primeira década da Revolução. Sintomaticamente, Alysson Paulinelli afirmou logo depois de assumir o Ministério de Agricultura que não basta construir estradas, é preciso ocupar as regiões por elas atravessadas.

Tal afirmativa pressupõe que haja uma visão orgânica do que se deva fazer para conquistar e integrar uma área pioneira ao país, sem fracioná-la ou colocá-la em situação de desequilíbrio e dependência.

As rodovias, ao menos em sua configuração atual, não se mostram instrumentos capazes de responder ao desafio que a Amazônia representa hoje, não apenas ao Brasil mas ao mundo inteiro.

Ao contrário do que afirmou constantemente o ex-Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, as estradas não chegaram a se integrar ou a viver harmoniosamente com os rios, caminhos naturais ou vocacionados da Amazônia durante os primeiros três séculos e meio de sua formação e solidificação. Na verdade, elas representaram um novo caminho, um novo "processo civilizatório", criando um mundo distinto e impondo novas formas de vida e atividade, em oposição ao "mundo ribeirinho" — expresso nas cidades marginais ao rio, no extrativismo, no tipo de formação antropológica do homem em seus polos extremos, o índio e o cidadão aculturado até então dominante. Os rios criaram, na história da região, uma continuidade de experiências que as estradas romperam, surgindo daí as dificuldades para complementar um modelo com o outro (bem a propósito, o debate interminável sobre a sorte dos índios depois das estradas marcou toda essa época com seu tom de tragédia iminente).

As recentes inundações, obstruindo todas as estradas da Amazônia, construídas quase sempre com padrões técnicos que não correspondem às condições ambientais, demonstram a precariedade da substituição dos rios pelas estradas como meios preferenciais de comunicação e transporte: as rodovias são in-

Um dia antes do acidente de um ônibus da Transbrasiliana que matou 12 pessoas, a advogada Edna Gilet Brasil chegou em Belém de uma viagem que só não foi tão trágica por uma questão de sorte e pela decidida interferência da advogada. Seu depoimento ao BANDEIRA 3 é um atestado das irregularidades que caracterizam o transporte rodoviário de passageiros. Infelizmente nem sempre viajam advogadas nos ônibus. O depoimento da advogada após uma viagem num ônibus da empresa Transbrasiliana até a cidade de Araguaína:

No dia 2 de janeiro, o ônibus da Transbrasiliana estava com saída marcada para meia noite deste dia, e somente pouco depois de uma hora é que chegou ao Terminal Rodoviário um ônibus da "Rápido Marajó", empresa que foi comprada pela Transbrasiliana. Como o pessoal já estava dormindo por cima das bagagens e se apoiando nas grades do Terminal, poucos perceberam no ônibus, um veículo velho, sem condições de trafegabilidade e sem asseio. Além de um ônibus sujo e velho, os funcionários eram intratáveis.

Quando embarcamos no veículo foi que notamos o engodo: compramos passagens para os novos ônibus da empresa e tivemos que viajar num veículo sem condições. Os problemas entretanto começaram a se agravar em Imperatriz, quando os motoristas irresponsáveis, queriam colocar passageiros em pé. Eles tinham vendido muitas passagens em Imperatriz e o pessoal queria ir de qualquer maneira para o seu destino.

Tentei mostrar aos motoristas, que sempre andam cochilando na direção, ser um contrasenso levar gente em pé, num veículo sem condições e de eu ameaçar processar a empresa por levar seus passageiros sem condições de segurança, as pessoas que embarcariam em Imperatriz não viajaram, para felicidade dos que desejavam viajar.

A 90 quilômetros da cidade de Araguaína, o ônibus deu o "prego". A correia da ventuinha do motor havia partido e nós ficamos à beira da estrada esperando que o motorista de serviço fosse até a cidade comprar uma nova correia para prosseguirmos a viagem.

Ficou com todo aquele pessoal a passar mal e a comer tudo que estava previsto para a metade do tempo, o motoris-

capazes de suportar as fortes chuvas que caracterizam a região durante seis meses, e por isso deixam isoladas as cidades que agora ficaram unicamente na dependência da ligação por terra. Isso porque a prioridade obsessiva no sistema rodoviário deixou abandonada as hidrovias, uma tradição insanável numa região que tem uma das maiores bacias hidrográficas do globo.

Se tecnicamente as estradas permanecem discutíveis, socialmente seus efeitos, ainda menos passíveis de polêmica, são mais flagrantes. Cinco

Acompanhe a viagem perigosa

ta reserva. Como o outro demorava (cerca de 10 horas), o reserva quis abandonar o ônibus, mas foi impedido por uma passageira que o denunciou para os demais. Isso entretanto não impediu que ele burlasse a vigilância do pessoal: ao saltar do ônibus para ir esticar as pernas (exercício impossível de ser praticado nos ônibus velhos da "Rápido Marajó"), ele fugiu numa camioneta.

Horas depois chegou um mecânico da empresa, vindo de Araguaína, e mesmo sem correia o ônibus foi levado até a cidade goiana, numa marcha de cágado, antes recolhido os motoristas que foram em busca da correia, às proximidades de Araguaína. De lá eles levaram o ônibus para a oficina, onde os passageiros foram obrigados a descer do coletivo para troca de correia, e então seguiram viagem até Anápolis, onde chegaram sujos e sem dinheiro, com um atraso de mais de 20 horas no horário previsto para chegada.

Na cidade de Araguaína, os passageiros que tinham gasto suas economias, tiveram que ir buscar mais dinheiro para me indenizar pois eu havia emprestado algum dinheiro a pessoas desprevenidas. E não somente com comida eles gastaram dinheiro. Teve gente que andou um quilômetro para chegar num posto de gasolina que dispusesse de sanitário, banheiro e até água para beber, sendo tudo isso pago.

A volta foi pior ainda. O ônibus, que estava com a saída marcada para as 14,45 horas, chegou depois de 15 horas, e o que é pior, praticamente sem freios. Vinha de Brasília e tinha que ir para a oficina, voltando de lá às 16 horas e todos nós esperando no Terminal. O reparo de nada adiantou: continuou faltando freios de pé e de mão, além de defeitos na caixa de marcha e vazamento no óleo do carter.

Cheguei com os funcionários da empresa e declarei que não viajaria naquelas condições. Eles reagiram mas os motoristas ficaram calados. Como ia prosseguir tudo como estava, procurei a Polícia Rodoviária Federal e o DNER e imediatamente a viagem foi suspensa.

Já no carro da Polícia Rodoviária, vim até o Terminal e o ônibus foi para a oficina da polícia, que imediatamente condenou o carro. Quem ficou alegre com isso foi o motorista Alberto, senhor muito delicado, e que levou o carro do Terminal para a Polícia Rodoviária Federal na base do freio de mão e com

muita cautela. Depois ele me disse: "Diga mesmo o que está acontecendo, pois a companhia não se incomoda, e quando acontecem desastres como aquele de 27 de julho, nós os motoristas somos os primeiros a morrer. Eles não ligam para nada. Só querem é ganhar dinheiro, sem dar condições de trabalho".

Na Polícia Rodoviária Federal, um guarda louvou a denúncia, pois a culpa, segundo ele, de certos desastres é dos passageiros que se deixam submeter a perigos e não denunciam. A companhia teve que mandar buscar um ônibus em Goiânia, tudo isso no dia 17 de janeiro, próximo ao outro desastre que matou 12 pessoas.

O novo ônibus veio bom e Alberto fez testes com ele, todo mundo viajando tranquilamente. A tranquilidade, entretanto foi curta: na divisa de Goiás com o Pará eles tiveram que fazer troca de ônibus, pois o que viera de Goiânia não tinha licença para entrar no Pará, tal a desorganização da empresa. Felizmente o ônibus que pegamos era novo e a viagem até Belém foi normal.

Ao chegarmos às 3 horas da manhã de sábado, dia 8, na Rodoviária de Benevides, fiz nova denúncia e o guarda de serviço anotou tudo. Assinei o termo, ficando de ser chamada para depor logo depois, como o fiz na quarta-feira passada. Na Rodoviária Federal contei toda a história.

Em me responsabilizo em dizer que esta empresa é um atentado à vida humana. Eles somente pensam em ganhar dinheiro, com o mínimo respeito pela vida dos passageiros. Na ida, um dos motoristas cochilava de vez em quando no volante... Ai eu chamei-lhe a atenção e os outros passageiros perderam a tranquilidade, pois ele continuava a dar outros cochilos. Como o adverti outras vezes ele perguntou-me se eu não me mancava de ser a passageira mais chata do ônibus e viver dando teco. No que lhe respondi: "Sou sim. Eu tenho apenas uma vida e zelo por ela. Se o Sr. está sem condições de dirigir, acho melhor o senhor parar o carro, dar uma dormida para depois continuarmos a viagem antes que ocorra um desastre".

Quando cheguei em Belém, demos uma entrevista a "O Liberal". No outro dia, segunda-feira, o motorista dormiu no volante e ocorreu aquele desastre horrível".

grandes estradas, com uma extensão média de 4 mil Km cada uma, não criaram um padrão aceitável de construção, mas tumultuaram o funcionamento da economia regional, desencadeando uma série de crises.

A ausência de um planejamento para controlar e dirigir os efeitos do surgimento das estradas, evitando assim a anarquia desintegradora, responde pelas falências de empresas regionais, esvaziamento da função comercializadora de cidades como Belém e Manaus, quebra da unidade íntima entre as várias re-

giões amazônicas, desencadeamento de processos incontrolados de migração interna com seu leque de consequências (desmatamento e destruição ecológica no campo, favelização, sub-emprego, prostituição na cidade), além de anular a possibilidade da região ter participação na escolha e decisão de seu destino, posto que as soluções já vêm prontas a partir de cima (hierarquicamente) e de fora (geograficamente).

Assim, paradoxalmente, as estradas provocam a desintegração da Amazônia ao pro-

curarem integrá-la ao território nacional. E ameaçam, ao oferecerem-se como canais ilógicos de penetração indiscriminada de grupos e atividades econômicas, a possibilidade de uma ocupação racional paralela à expansão da fronteira agrícola do país. O enigma amazônico define-se nesses termos: como incorporar a região como fonte produtiva para a satisfação das necessidades nacionais, sem esgotá-la ou levar à exaustão de seus recursos e de seus homens. As estradas, se visam levar até o primeiro elemento, passam por cima do segundo.



Comunicação à praça

Com a publicação da foto do Porfírio, está solenemente inaugurada a "galeria" do BANDEIRA 3, aberta a todos que se interessam por fotografia e cinema, sejam profissionais ou amadores. A periodicidade e mesmo a sobrevivência dela estão dependendo unicamente de vocês, que tanto reclamam falta de oportunidade para divulgar trabalhos (no caso de amadores) como se queixam do mal aproveitamento de suas fotos (neste caso, os profissionais). Para quem quiser, o espaço está af. Podem mandar fotos, textos e depoimentos sobre filmagens ou reportagens fotográficas.

Repetecendo

As faraônicas revistas coloridas e outros órgãos da chamada grande imprensa já devem estar apertando mais uma vez o conto da cobertura carnavalesca, a ser aplicado em seus desatentos leitores. Podem reparar que todo ano é a mesma coisa: tudo clichê. Anotem o que a colorida poluição editorial vai trazer a respeito, devidamente requeentado: as mesmas poses, as mesmas virilhas, as mesmas celúlités, a mesma loura, a mesma morena, tudo se passando nos mesmos bailes. E aposto como ainda sai esta legenda, autêntica "piece de resistance": "como não havia mais luzar no salão, ela subiu na mesa e rebolou a noite inteira". Como opção, os igualmente repetitivos cinejornais, estes sempre com a agravante de um irreparável atraso, mas impingidos ao espectador como "atualidades". A televisão tem quebrado o galho apesar dos males conhecidos: entrevistas idiotas, apresentadores com incrível vocação para o ridículo etc. Pelo menos já fomos poupados da incrível "é uma pena que a nossa televisão não seja a cores". (Aldo Cezar).

Roubos misteriosos

Os jornais continuam noticiando os roubos de imagens e peças históricas do acervo nacional, principalmente nos Estados do Nordeste, Bahia e Minas. E o Pará não fica atrás. Uma das mais raras imagens históricas do Pará, Nossa Senhora dos Lactantes (vista em público pela última vez em 1970 na exposição sacra do Teatro da Paz) foi uma grande baixa no acervo paraense.

Vigia, pela tradição histórica, tem sido massacrada igualmente por estes roubos. Pelo que se viu na primeira Exposição de Arte Sacra promovida em Vigia no ano passado, sentiu-se a falta de peças em mais de uma dezena. Por exemplo, uma "Naveta" trabalhada em prata (documentada com fotos na obra de Serafim Leite) não estava: sumiu há alguns anos. Não faz muito tempo os cadeados da Capela do Bom Jesus dos Passos foram cerçados numa madrugada porque lá existiam alguns turibulos e outras peças em prata; algumas telas do painel (recentemente recuperado) sobre "A Vida de Maria", que ornamenta a sacristia do templo da Mãe de Deus, sumiram; algumas peças de um presépio português, trabalhado em alto relevo, sumiram também; os puxadores em bronze das cômodas da sacristia, foram arrancados; dezenas de castiçais em prata, já não existem.

Há bem pouco tempo o vigário local dava notícia em coluna de "O Liberal", de que um cravo, fundido em Roma, com todas as dimensões e o peso do cravo que pregaram em Cristo, foi roubado da cruz em que estava fixado na sacristia da igreja da Vigia. (Nélio Palheta).

Como sempre

O GRUTA (Grupo de Teatro Amador de Icoaraci) está com o texto de Francisco de Assis, "O Testamento do Cangaceiro", praticamente pronto para ser apresentado ao público de Belém, dependendo para tanto — entre outras coisas — de um teatro disponível que sirva à apresentação. Se tudo der legal, nós veremos este espetáculo, que se for como os anteriores dirigidos por Salustiano Vilhena, deixará muito diretor citadino ligeiramente sobre o complexado. Se der zebra, o GRUTA já tem convite para se apresentar no Maranhão. Pior pra nós. (Luís Otávio Barata)

Help!

Em qualquer país, em qualquer cidade, em qualquer situação, a qualquer hora, a qualquer momento — cada vez mais eu creio na verdade daquele provérbio americano que diz:

Vamos chamar a polícia! Mas quem nos protegerá da polícia? (Luís Otávio Barata).



Nossos padrinhos

O caso da CODAM (Companhia de Desenvolvimento da Amazônia) é bastante exemplar para perceber como são decididos os destinos da Amazônia. A Sudam fez a proposta para a criação de uma companhia de economia mista que administrasse 13 florestas de rendimento que seriam criadas numa área de 39 milhões de hectares em toda a região. Não se sabe exatamente por que, o projeto original foi alterado e no lugar de uma administradora florestal surgiu uma poderosa empresa que praticamente meteu o dedo em tudo o que fosse assunto amazônico, esvaziando outros órgãos já com função específica, como o INCRA e o IBDF. Logicamente, o projeto não foi à frente. Mas ele foi ressuscitado com a possibilidade de convênio entre o Ministério da Agricultura e a Sudam permitindo que o IBDF ingressasse no projeto, já devidamente revisto. Mas agora os jornais sulinos divulgam que a Codam não será uma empresa de economia mista — sim privada. E não vai mais fazer nada do que havia sido proposto. Nem tanto elementar, caro Watson. (Lúcio Flávio Pinto).

BALAIÃO

Tempo é tempo

O mais interessante no desmentido dos novos governantes do Pará, procurando desfazer problemas criados com a divulgação do documento de diretrizes de ação, é que só se preocuparam em desmenti-lo quando, na semana passada, os ministros do Planejamento e Interior reagiram. Mas a matéria sobre o documento havia sido publicada uma semana antes e ninguém preocupou-se em contestá-la. O silêncio (inexplicável: mesmo que membros do novo governo não leiam o BANDEIRA 3, podiam ter lido a matéria, publicada três dias depois no "O Estado de S. Paulo") legitimou a veracidade da reportagem, onde as considerações

metodológicas do documento eram transcritas quase integralmente. Por que só decidiram fazer o desmentido uma semana depois, quando os dois ministros reagiram às supostas críticas com palavras fortes?

Mais estranho ainda é que, após a leitura das reportagens, os membros do novo governo insistiram em referir-se a "declarações" do governador Aloysio Chaves, quando no texto publicado aqui e em São Paulo só se fala em documento e nunca em declaração. Mas é claro que quem aprova um documento assume sua responsabilidade. Ou não está tão claro assim? (Lúcio Flávio Pinto).

Dois tempos

Uma das características mais marcantes na personalidade do ex-presidente Castello Branco foi seu diálogo com a classe teatral: frequentemente o presidente não apenas ia ver espetáculos teatrais, como conversava descontraidamente com os atores. Agora, Geisel, que foi chefe da Casa Militar de Castello, ressuscitou pelo menos durante um dia o interesse pelo teatro na Presidência da República: foi ele quem fez questão de convidar atores para estarem presentes na festa de inauguração do Teatro Amazonas, de Manaus, embora o governador João Walter estivesse mais interessado em levar seus convidados, para os quais teatro deve ser uma palavra estranha. Geisel também conversou informalmente com os atores e prometeu-lhes estudar com atenção o mais sério problema vivido pela classe: a ação da censura. No tempo de Castello ela praticamente inexistia. (Lúcio Flávio Pinto).

Comédia Humana

A vereadora Maria Duarte, filha e herdeira política de um antigo "cacique" eleitoral com reduto forte no bairro do Jurunas, Gonçalo Duarte, brigou no interior da Câmara Municipal com o seu amante, o suplente de deputado Adolfo Monteiro, do MDB. Até aí nada de mais, todos brigam, mesmo que em lugares menos suntuosos do que o prédio de um parlamento. Mas o agora vereador Adelino Simão (Arena), interessado em subir segundo uma das versões, criou as condições para a instauração de inquérito para apurar as responsabilidades e punir eventuais culpados. Ele estava menos interessado na moral pública do que nos votos que Maria tem no Jurunas, disse a própria. Mas Adelino retruca que seu interesse é justo: preservar a moral legislativa. Num período de recessão, sem maiores tratativos políticos, o inquérito talvez tenha justificativa, mas ele parece não reconhecer os limites entre a vida privada de uma pessoa e os deveres de um cidadão. De qualquer maneira, é de se esperar confusões do tipo entre pessoas que por mérito acaso (ou engano) ocupam determinadas posições. (Lúcio Flávio Pinto)

Vos contemplo

De noite, quando a gente fica "fechando" o jornal, uma das minhas diversões é ficar olhando pela janela, do alto de 11 andares do prédio onde estamos forjando nossas palavras, o espetáculo das luzes. Logo à frente temos escuras sombras de mangueiras, o perfil de telhados lusitanos e ao fundo a parede de concreto que se ergue ao longo da Presidente Vargas e acompanha Serzedelo Correa e Nazaré. Sinto um calor profundo quando vejo o escuro das árvores, de manhã verdes. Sinto frio no cérebro quando vejo o piscar das luzes dos prédios, de manhã cinzentos. De vez em quando gosto de exercitar o meu humor negro. (Lúcio Flávio Pinto)

Os corpos recolhidos

Depois de cinco dias de busca intensa, que mobilizou desde vários barcos, escafandristas e um helicóptero, finalmente foram encontrados os corpos de Augusto César e João Francelino Tavares Barros, engenheiros que morreram afogados, sábado passado, no rio Tocantins.

Apesar do sigilo que foi mantido sobre o incidente, "para não traumatizar os familiares das vítimas", segundo explicações do escritório local da LASA, sabe-se que os engenheiros trabalhavam para o consórcio LASA-CANAC, empresa que faz serviços para a Amazônia Mineral S/A, responsável pela extração e escoamento do minério da Serra dos Carajás, neste município.

O afogamento ocorreu quando os profissionais, na tarde de sábado, inspecionavam o serviço de sondagem no rio Tocantins para construção da ponte ferroviária que ligará a serra ao porto de Itaquí, no Maranhão. Augusto César, o último encontrado já em Itupiranga, cerca de quinze quilômetros distante do local de naufrágio, morava no Rio de Janeiro e era funcionária da firma Romani Gouveia; João Francelino residia em Belém, para onde seu corpo foi enviado em avião especial, e trabalhava para a LASA. (José Ademir Braz, de Marabá)

Sem diferenças

Para que se esclareça alguns pontos sobre detenção (Euclydes Bandeira, Porfírio Rocha) e agressão (Gouveia Jr.) de jornalistas nos últimos meses, é preciso que se use de sinceridade. Mesmo para que não pensem que a gente só fala nas coisas quando elas atingem a classe. O que ocorreu não pode ser visto como fato isolado, mas como parte de um processo de agressividade que se nota em Belém, pelos comentários do tipo "só a pena de morte resolve", "Deviam era cortar a mão dos ladrões" e outros do gênero, entreouvindo nos lugares públicos quando se comenta o noticiário policial do dia.

Alguns policiais têm mostrado uma violência cada dia mais acentuada, sem o mínimo discernimento, vindo em cada habitante um alvo para arbitrariedades e demonstrações de "autoridade". O que vem sendo discutido não apenas por jornalistas e povo em geral mas pela própria SEGUP, que tem aberto inquéritos para apurar denúncias, concluindo em alguns casos pela culpabilidade dos envolvidos. Alguns jornalistas, por sua vez, têm uma parcela de responsabilidade, quando deixam de analisar os fatos que noticiam de uma maneira que orientasse o leitor, preferindo o sensacionalismo que incrementa ainda mais a violência. Resultado: quando ela explode não respeita ninguém, seja jornalista, industrial ou mesmo policial (lembrem-se de Armando e Auzier?). (Regina Alves e Ademir Silva).

Bem-vindos os murros

Inegavelmente S. Exa. chegou ao limite máximo da tolerância — ou paciência — humana e não teve dúvidas: deu um murro em cima da mesa, complementando essa insólita argumentação com algum tipo de peroração que escapou aos hábeis seguidores de Gutemberg, dos quais nós abeberamos do evento.

Mas, convenhamos, carradas de razão reforçavam o estado emocional do nosso ministro de Minas e Energia. Primeiramente pelo fato do acontecimento representar uma espécie de reação em cadeia, uma vez que a palavra do Sr. Shigeaki Ueki traduzia o pensar do próprio presidente da República. Por sua vez o problema considerado era altamente explosivo, tal seja, o da colocação de uma espécie de freio, naquilo que se convencionou denominar de progresso, cuja repercussão negativa já começa a surtir seus efeitos sobre o homem das nossas grandes cidades convenientemente poluídas, competindo mesmo, tais índices alcançados, com os maiores centros urbanos do universo.

Poliuição, não é a incrível diversificação de tipos e variações, não é assunto para deixar dormir em paz os que realmente estão interessados em equacioná-lo, como é o caso do nosso presidente, pressionado cada vez mais, pelos preservacionistas e pelos destruidores ou poluidores.

Como a História parece ser uma sucessão de fatos que se repetem — com roupagem nova, evidentemente — a atitude do ministro não é acontecimento novo por autoridade maior, de conhecido país, rotulado entre os grandes, introduziu a variante diplomática de golpear a tábua de reuniões internacionais, não com as mãos, como em último caso parece mandar a-ética, mas com o sapato, colocando em polvorosa os representantes de todos os países que buscam, sem muito sucesso, a cura de todas as mazelas do mundo.

Caso o exemplo nativo consiga imitadores ou mesmo a gravidade de problemas deva ser considerada ou avaliada pelo número de murros que possam ser dados, não haverá mesa que se agiente, quando o assunto em pauta for a preservação da floresta amazônica. (Camillo Vianna)

Balé verbal

A Telepará conseguiu em menos de oito anos trocar de nome cinco vezes. Este órgão, que é o encarregado de acionar o controle telefônico teve neste curto espaço as seguintes siglas: CTB, passando para COTEMBEL, depois para COTELPA, chegando a TELEPARA, e há poucos meses passou a denominar-se TELEPAR. Será que não há desperdício no material confeccionado para o uso em cada espaço de tempo? E os usuários, não fazem confusão? Senão bom pensar e parar com esse exagerado balé de siglas. (Antonio Carlos Guimarães).

Dois polos

A "bandeirada" de táxi está atualmente em 1,80 cruzeiros, mas ainda há alguns carros que não atualizaram o preço anterior, de 1,60 cruzeiros. Considerando-se que um motorista de táxi trabalha 30 dias por mês com a velha "bandeirada", terá um prejuízo mensal de 60 cruzeiros e anual de 720 cruzeiros só com essa pequena diferença de 20 centavos entre os dois preços. Pensar nessas diferenças fez de São Paulo um Estado rico. Esqueça-las permite ao Pará ser um Estado bom de viver. (Lúcio Flávio Pinto).





Um país através da sua arte

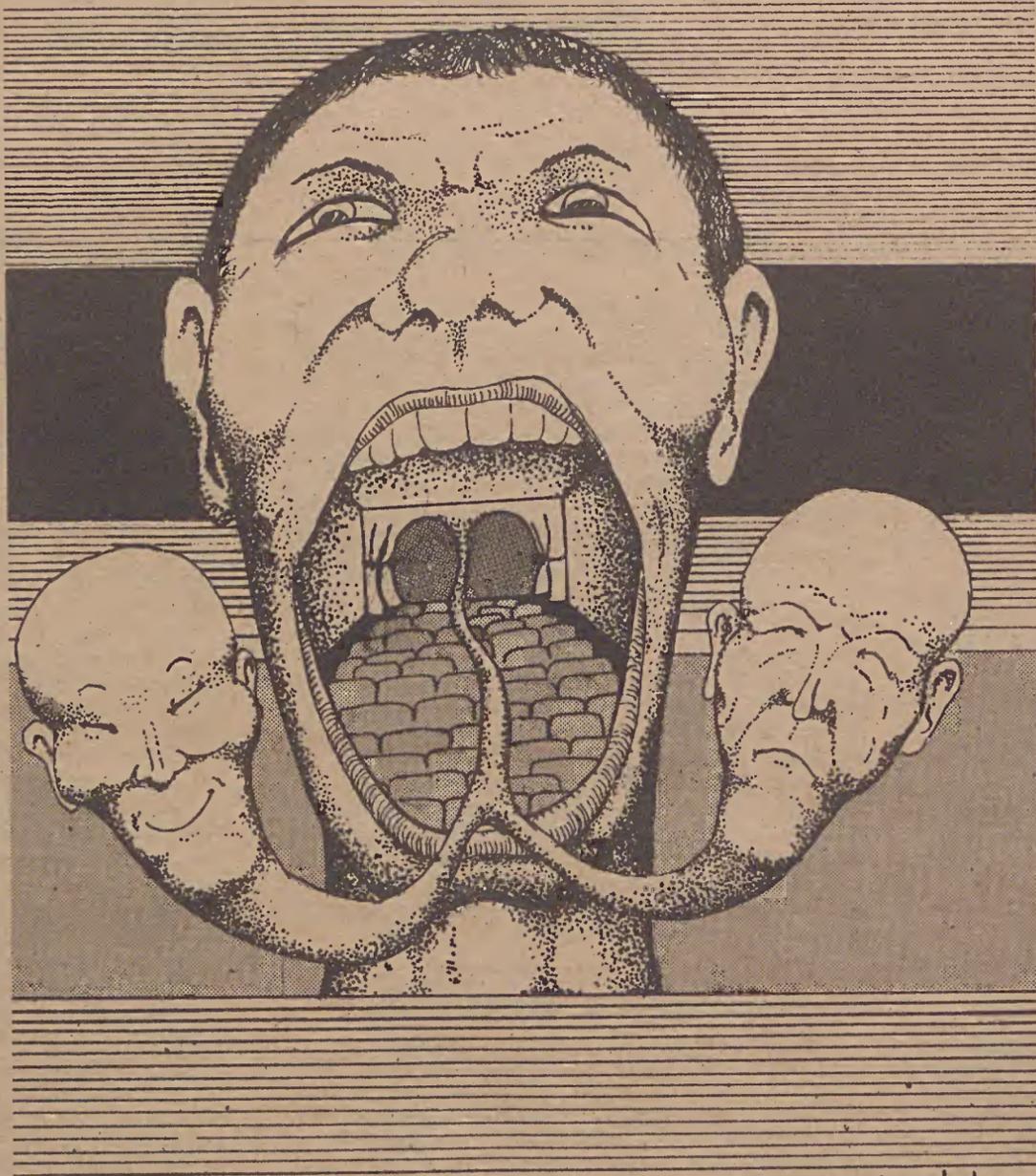
No dia 17, no salão nobre da Assembléia Paraense, foi aberta ao público uma exposição de gravuras de estudantes universitários americanos, promovida pelo USIS e Embaixada dos Estados Unidos. Os trabalhos expostos foram desenvolvidos nas escolas de arte, exemplo de criatividade e profissionalismo que caracteriza a Universidade americana de hoje.

São trinta gravuras, das quais a maioria representa as técnicas gráficas em metal, algumas fotografuras e serigrafias. O conjunto dos trabalhos expostos é bastante representativo da arte jovem americana, mostrando os seus movimentos e tendências. Praticamente todas as gravuras são de um nível altíssimo, não somente em técnica mas, o que é muito importante, na parte que se poderia chamar de ideológica, envolvendo totalmente os espectadores. É muito difícil destacar os melhores artistas. O nível geral é homogêneo, realçando o trabalho de seleção desenvolvido pelos organizadores.

A vida artística americana, através de um longo processo que começou no início deste século, foi aos poucos transferida para as universidades. Assim também os estudos na área de Belas Artes foram incluídos nos programas acadêmicos de forma cada vez mais ampla. Ainda o relativo isolamento geográfico da maioria das universidades influenciou os alunos que, em alguns casos bem distantes dos grandes centros culturais, museus, exposições, baseiam seus estudos em livros, revistas, reproduções, slides. Situação por sinal bem parecida com a dos círculos artísticos de Belém, ampliada ainda pela falta dos recursos técnicos. Aqui chegamos a momentos verdadeiramente tristes, pois esta falta de recursos começa pelas coisas mais simples possíveis, nem se pensando, por exemplo, em materiais mais sofisticados que só se consegue no Sul do País.

Os trabalhos desta exposição representam justamente os centros mais distantes das áreas culturais conhecidas mundialmente. A falta de um relacionamento mais direto com museus e exposições provocou um surto de saudável criatividade nos departamentos de arte, desenvolvendo-se trabalhos livres e originais. Também de grande importância foi a colaboração de alguns artistas já conhecidos que, por sua orientação durante os cursos, estimulavam os estudantes para a criação artística. Todos esses elementos transformaram vários centros universitários provincianos, chegando a dar-lhes maior vitalidade e originalidade que as existente nas grandes cidades. (HANNA-KARINA BUJNOWSKA)

artes & espetáculos



Napololo

Uma escola famosa, mas de pouco fôlego

Será que a função de uma escola de teatro consiste apenas em oferecer um certo número de matérias eletivas a uns poucos alunos do básico de outros cursos da Universidade? Ou ainda, a de proporcionar a festivais, dando oportunidade a que, voltando a Belém, colunas sociais exaltem a excelência do nosso teatro, enumerando a quantidade de prêmios ganhos pelo elenco regional, embora a premiação nem sempre seja confirmada por outras publicações, evidentemente mais sérias e imparciais que as ditas colunas? Se alguém achar que esta é a função primordial de uma escola de teatro — dita universitária — não resta a menor dúvida que a nossa, cotejada com outras desse nosso Brasil, é, além de mode-

lo, um exemplo que deverá ser seguido pelas demais. E para aqueles que desejam ter uma escola idêntica à nossa aqui, vão as dicas, que dou de graça, sem cobrar nada pela intenção.

1) Ponha um reitor — ou vários — à frente da reitoria, que não vendo utilidade cultural nenhuma na escola de teatro, seja em termos universitários ou não, mantém a escola simplesmente porque, apesar de deficitária, funciona vez por outra para alegrar o calendário cívico-cultural do órgão a que pertence, promovendo-o em termos de eficiência, dinamismo e dedicação.

2) Para coordenar a escola de teatro ponha de preferência alguém que, sem entender, por questão de formação, nada de teatro, conta a seu favor com um nome famoso em outro ramo da cultura, e com certeza você terá feitos teatralmente pioneiríssimos debitados à sua escola, como aconteceu entre nós com a montagem da peça "As Troianas", de Sartre, com direção

de Cláudio Barradas, cuja estréia aconteceu com luz ambiente, apesar de todo o equipamento de luz (spots, mesa de iluminação, "resistência"...), estar instalado, faltando apenas que alguém, que não um professor, fosse falar com o presidente da Celpa, para conseguir uma autorização que ligaria a rede de energia elétrica da Prefeitura, onde se realizou o espetáculo, àquela que lhe fosse mais próxima.

3) Mantenha a escola de teatro sem uma biblioteca especializada — a da escola desapareceu com o incêndio, o que não chega a ser culpa dos alunos — porque a função do professor é ensinar, e se a matéria é teatro, o melhor lugar para o aluno aprender é no palco, não sendo necessário um suporte teórico, que em vez de facilitar o lado prático da atividade, por certo só viria complicá-lo, trazendo graves desentendimentos na relação aluno-professor.

4) Como atividade extracurricular, estabeleça a existência de um teatro infantil,

com o objetivo de propiciar o surgimento de novos diretores, apesar da expressão "novos diretores" compreender quando muito cinco nomes — algumas vezes escolhidos sem o endosso do conselho de professores e quase todos já bastante tarimbados em direção — nas mãos de quem viciosamente circula o teatro infantil. De preferência sirva-se de peças mais idiotas e imbecilizantes que a maioria das que compõe nossa dramaturgia infantil, agravadas por montagens que se constituem em verdadeiros insultos à inteligência dos espectadores mirins. Isto sem esquecer de lances como o daquele diretor — assim que foi criado o teatro infantil — que ficou ganhando durante um semestre sem que houvesse montado um único texto, alegando como "pré-texto" falta de condições para realizar seu trabalho.

5) Contrate um professor, com uma formação especializada deficiente, para ensinar na escola de teatro, que submete o horário das suas aulas às conveniências do seu horário, chegando mesmo a deixar de dar aula quando sua duração ultrapassa as 22 horas. (LUÍS OTÁVIO BARATA)

Atravessando os sinais

Malgrado as misteriosas e confusas leis do congestionado trânsito brasileiro, Chico Buarque aparece como intérprete neste disco. Diante do sinal fechado, entretanto, ele toma uma transversal e grava, por exemplo, "Lígia" (Tom Jobim).

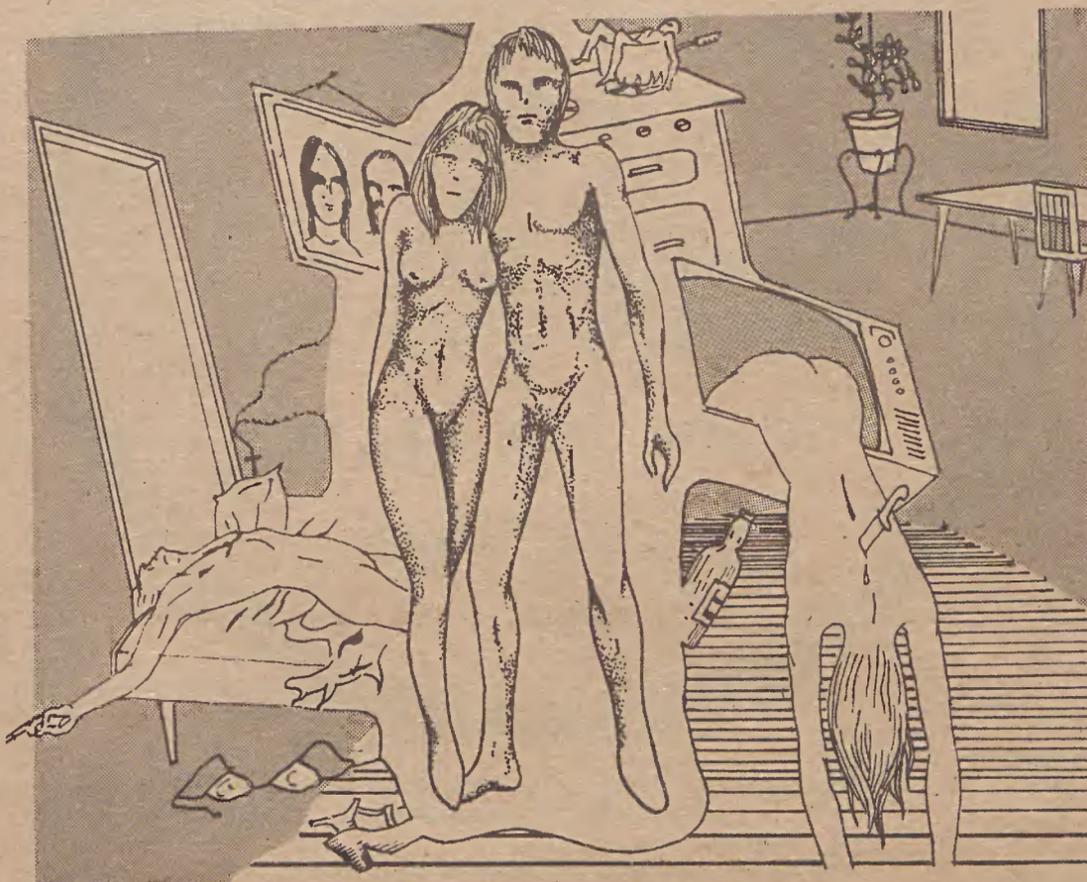
A partir de sua gravação ao vivo, ao lado de Caetano Veloso, o autor de "Carolina" documentou uma descontração vocal inesperada e agora, ainda que mais timidamente, prossegue essa evolução. Nenhuma das faixas, mesmo de parceria, lhe pertence, o que normalmente facilita um trabalho, uma vez que o cantor é fatalmente distanciado de quem compôs. Habilmente, Chico Buarque corta a duração de certas notas conclusivas, e se mantém afinado. Pode ser que a timidez de quem se propõe um trabalho novo — interpretar — dificulte as notas mais altas. Convém levar em consideração que Chico Buarque, de origens bossanovistas, nunca incursionou por interpretações de volume mais forte.

Os arranjos de Perinho Albuquerque parecem moldados — com propriedade — a cada um dos autores. E isto fica mais claro se ouvirmos comparativamente "Cuidado com a outra" (Nelson Cavaquinho e Augusto Tomás Jr.) e "Me Deixe Mudo" (Walter Franco). Também neste segundo caso podemos incluir "Copo Vazio" (Gilberto Gil). Mas a maioria são arranjos quase convencionais (piano, flauta). (WALTER BANDEIRA)



Em quase todos os lares, há sintomas de uma desorganização social: os casais brigam, os filhos não conseguem comunicar-se com os pais, o casamento é desacreditado. Sabendo compreender a crise, as pessoas não serão consumidas por ela.

A crise da família enquanto estrutura primária e fundamental da sociedade atravessa séculos. Mas sem dúvida ela tem adquirido tonalidades mais cinzentas nos últimos anos. No caso específico de Belém, a adaptação dessa crise está se dando em dimensões violentas. Um levantamento das ocorrências policiais que partiram de dentro das famílias paraenses mostra a gravidade dessa desagregação familiar, que não pode ser combatida apenas com advertências moralistas ou declarações de boa vontade, mas que também não deve escandalizar. Certamente ela reflete uma parte das transformações, nem sempre lentas, raramente controláveis, que ocorrem atualmente na Amazônia. O caso Sônia que é apenas um entre muitos outros que não recebem tanta publicidade. Do registro abaixo, foram excluídas três vezes mais ocorrências do que as incluídas. Havia muita repetição.



JANEIRO

— Josias Lopes Rodrigues, de 26 anos, espancou sua mulher Conceição Rodrigues de 19 anos. Brigam, separaram-se e depois reconciliaram-se.

— Claudio Viana da Conceição chega em casa e não gosta do cheiro da comida, feita por sua mulher, Maria de Nazaré. Vai jogar fora a comida, quando ela reclama. Claudio pula para cima dela para esganá-la. Vizinha socorre e a mulher dá uma vassourada na cabeça do marido, que é preso.

— Marido vem da Paraíba para tentar matar a mulher por adultério. Ela tem 28 anos.

— Marido dá seis facadas na mulher. Não se sabe o motivo.

— Mulher apanha do marido porque descobriu a amante dele.

— No interior marido troca mulher por farinha.

— Baleia a mulher, dá-lhe uma surra e a expulsa de casa, junto com os seis filhos. Ela fica parálitica.

— Mulher esfaqueada pelo amante porque não serviu café quente.

FEVEREIRO

Atira na esposa e pensando tê-la matado, suicida-se. Motivo ignorado.

— Agride mulher, ameaça-a de morte e a expulsa de casa no terceiro mês de gestação.

— Expulsa esposa de casa com quatro filhos.

— Ele, com 19 anos, briga com a amante, de 16 e fere-a com uma serra.

— Amante é abandonada com cinco filhos menores.

— Mulher é expulsa de casa pelo marido e ameaçada de morte.

— Marido agredido pela esposa armada de faca.

MARÇO

Amarrou a esposa e a surrou.

— Mulher chegou alcoolizada e marido expulsou-a de casa.

— Marido matou mulher a terçadada, por ciúmes.

— Abandonou a mulher com sete filhos menores.

— Expulsou a esposa de casa, após o nascimento do primeiro filho.

— Marido agride mulher por ciúmes.

— Fere a mulher à faca.

— Expulsa a mulher de casa com quatro filhos menores.

— Marido abandona o lar pela terceira vez.

— Marido abandonado pela esposa, que levou filha do casal.

— Matou a amante com três facadas, porque ela descobriu que ele era traficante.

— Agrediu a esposa deixando-a contundida.

— Mulher abandonou marido há três meses e agora quer colocá-lo para fora de casa.

— Mulher abandona o lar levando todos os pertences do marido.

— Marido agrediu mulher com um martelo causando ferimentos leves.

— Marido carregou a filha do casal.

ABRIL

— Por ciúmes, amante agrediu mulher a socos, pontapés e ainda deu uma facada na região vaginal da amante.

— Homem agride o amante de sua mulher a socos.

— Mulher pratica adultério, confessa tudo ao marido e tenta suicidar-se.

— Marido esfaqueia mulher sem motivo aparente.

— Mulher abandona marido tomando rumo ignorado.

— Marido arranja outra e é baleado pela mulher.

— Marido alcoolizado tenta matar mulher com terçado.

MAIO

— Amante abandona companheiro, depois volta e tira o filho do casal.

— Mulher abandona o lar. Depois volta para pegar carteira do INPS com o marido. No lugar da carteira, recebeu do marido socos e pontapés.

— Alcoolizado, marido agride mulher.

— Pai violenta sucessivamente suas quatro filhas, de 18, 17, 14 e 12 anos. Mas a

esposa, ameaçada de morte, só vai queixar-se à Polícia quando o marido violenta a filha menor.

— Amante agride a companheira.

— Mãe apresenta queixa contra filho, que a desrespeitou.

— Marido agride mulher.

— Depois de bater na amante, companheiro tenta suicidar-se.

— Tarado tenta currar mulher. Como não consegue, dá-lhe 16 dentadas e uma facada.

— Amante surra o companheiro.

— Companheiro deu queixa contra ex-amante, que tentou esfaqueá-lo.

— Após esfaquear a amante, e pensando tê-la matado, suicidou-se com a faca.

— Tranca a mulher num quarto e a espanca.

— Esbofeteia a mulher, porque pediu dinheiro para comprar remédio para o filho doente.

— Marido expulsa mulher de casa.

JUNHO

— Após ser espancada pelo amante, o abandonou. O amante pediu reconciliação. Ela recusou. Ele desespera-se e esfaqueia a amante.

— Por ciúmes, companheiro arranca orelha da amante.

— Companheiro conformava-se com a traição da amante. Um dia, desespera-se e pede explicações a ela. Em vez das explicações levou 12 facadas.

— Deu dois tiros na mulher. Motivos: traições e ciúmes.

— Esposa denuncia marido à Polícia por tê-la abandonado, dedicando-se ao tráfico de maconha.

— Menina de 15 anos, após ter sido abandonada pelo namorado, tenta o suicídio.

— Matou amante com quatro tiros, depois dela ameaçá-lo de abandono.

— Esfaqueou o rival, ao encontrá-lo com a amante.

— Após brigar com a amante, companheiro tenta matar o filho de 11 meses.

— Marido ameaça esposa. Motivo: ciúmes.

— Utilizando uma cartucheira, lavrador mata homem que estropou sua filha de 11 anos. Local: Transamazônica.

JULHO

— Depois de brigar com o marido, esposa tenta o suicídio.

(CONTINUA)

Uma família em conflito



— Um triângulo perfeito formavam o marido, a mulher e a amante. Até que o marido trouxe a amante para dentro de casa e praticava atos sexuais na própria casa do casal. A mulher reclamou e os dois brigaram. O casamento terminou.

— Manoel Galo sempre teve ciúmes da mulher. Tentava pegá-la em flagrante com outro, mas nunca conseguiu. Um dia chega em casa, vê a mulher toda pronta para sair. Pergunta para onde ela vai. Como não recebe resposta, espanca-a. Vêm em socorro os irmãos da mulher e todos brigam.

— Como estava bêbado e a mãe reclamasse, o filho dá-lhe socos e pontapés.

— Disvirginou menina de treze anos, com promessa de casamento.

— Para ganhar o seguro do marido, mulher força o amante a matá-lo.

— Como a amante não quis tomar pílula, para provocar o aborto, o amante a agrediu.

AGOSTO

— Ia casar e fugiu do

noivo.

— Raimundo Freitas é esfaqueado pela amante.

— Abandonada pelo namorado, após relações sexuais.

— Retalhou amante com uma lata.

— Fugiu de casa com o namorado.

— Marido espanca mulher e a expulsa de casa junto com dois filhos.

— O marido escondeu-se debaixo da cama, viu a sua mulher traf-lo com outro. Levanta-se e mata a mulher com tiros e agride o outro.

— Meninas menores são presas porque freqüentavam bordel.

— Deoclécio Silva, policial, tentou currar sua própria filha, de 16 anos.

SETEMBRO

José Amaro da Silva amarrrou Maria de Nazaré e a surrou.

— Maria de Nazaré Freitas acordou com um laço de corda posto em volta do seu pescoço pelo seu amante, Raimundo Alfredo da Costa, que queria matá-la.

— Abel Chermont foge de casa com a empregada de 16 anos, Constância.

— Ana Deuza Amaro da Silva reclamou da desordem que fazia Pedro Silva e foi espancada.

— Hilda Silva-Morais é perseguida pelo ex-marido, Raimundo Nonato Barros, que tenta matá-la com uma faca.

OUTUBRO

— Brigou com a mulher e foi esfaqueado.

— Abandonada pelo namorado, tentou o suicídio.

— Esposa abandona marido.

— Estrupou menina de nove anos e a matou.

— Abandonada pelo marido, esposa tentou o suicídio.

— Menina é raptada.

— Ladrões invadiram a casa e levaram a esposa e a filha.

— Mataram o primo para ficar com a herança.

— Marido espancou e expulsou de casa mulher e dois filhos.

— Pai violenta uma filha e já se preparava para violentar a outra.

tar a outra.

— Casal de adolescentes foge de casa.

— Marido invade casa da ex-esposa e quebra tudo.

— A amante de Paulino foi violentada por dois indivíduos. Ele saiu à procura dos violentadores e os matou.

— Companheiro jogou mingau quente na amante.

NOVEMBRO

Por motivos de ciúme, marido matou a esposa, com cinco tiros, depois de agredida.

— Leda Ribeiro, 13 anos, fugiu de casa e virou hippie.

— Célia, 19 anos, tentou o aborto e tirou o filho.

— Companheiro baleou amante que dormia muito.

— Marido e mulher brigam e vão juntos para o Pronto Socorro.

— Matou casal de índios para ficar com a filha deles.

— Jovem, abandonada pelo namorado no quarto mês de gestação, tentou o suicídio.

— Policial flagrou filha com namorado e atirou, acer-

tando em outra pessoa.

— Garoto de oito anos, com medo do castigo da mãe, fugiu de casa.

— Atirou e matou a esposa no 7o. mês de gestação, após espancá-la. A criança também morreu. Antes a vítima havia se queixado à polícia dos maus tratos do marido. A Polícia não deu importância ao caso. A queixa foi dada horas antes do crime.

— Companheira acusa amante de ter violentado a própria filha do casal.

— Casal de namorados tenta suicídio jogando-se à frente dos carros.

DEZEMBRO

— Lavrador aplicou 21 facadas na esposa que o traiu com o próprio primo.

— Companheira deixou o amante. Ele propõe a volta. Ela não aceita. O amante volta mais tarde, vê a ex-amante com dois indivíduos no quarto, e tenta incendiar a casa por ciúmes.

— Mulher amamentava o filho quando foi baleada pelo ex-amante. Motivos: ciúmes.

O dia em que Sônia matou João

Na noite de 25 de dezembro do ano passado Sônia Maria de Castro Vilhena, de 24 anos, virou notícia: nessa noite ela assassinou o marido, João Gemaque Vilhena, derramando sobre ele uma panela de água fervente. No dia seguinte, o "caso Sônia" aparecia nos jornais com todos os ingredientes necessários à produção de mais um sensacional episódio doméstico. A perversa mulher, de ciúme "doentio" (como costumam dizer os repórteres policiais), aparecia aos olhos do público como uma requintada torturadora, capaz de escolher a mais terrível e insólita "arma do crime" das que poderiam ser imaginadas.

Que a razão do crime fora o ciúme, ninguém duvida. Houve mesmo quem dissesse que a vítima tinha sido escaudada no ventre, numa espécie de vindita contra suas supostas aventuras extra-conjugais. Internada imediatamente na clínica "Socorro Urgente", sob os cuidados profissionais do psiquiatra Pedro Vallinoto, Sônia seria vendida como monstro até o dia 10, quando prestou depoimento ao delegado Benjamin Rayol, de Homicídios, narrando detalhadamente os acontecimentos do domingo do crime. Desse relato ela emergiu, aos olhos do público, sob uma nova luz: espancada pelo marido quando tentava defender a tranquilidade de seu pequeno filho, transformava-se de repulsiva criminosa em vítima inocente. Ele, João Gemaque Vilhena, é que seria o culpado de tudo. Quem sabe teria uma amante, o sujeito oculto dessa oração fúnebre? Assim especulava o paraense comum, lendo e relendo o longo depoimento de Sônia. Os homens ficaram confusos, as mulheres não hesitaram em apontar a inocência fundamental de Sônia.

Poucos viram que a guerra conjugal Sônia/João Gemaque tinha muitas armas, não sendo a violência física a mais contundente, nem aquele domingo um dia extraordinário. Foi, um dia vazio, em que mais do que nunca se coloca a questão da utilidade ou inutilidade da vida. Para um casal em permanente conflito, a precedente noite de Natal (24 de dezembro) pode ter sido a última e inevitavelmente frustrada tentativa de recorrer a elementos meramente simbólicos para exconjurar fantasmas bem reais.

O depoimento de Sônia, ainda que em algum detalhe possa ser creditado à astuciosa experiência de seu advogado, o criminalista Quintanilha Bibas, é a fotografia exata e detalhada da vida de milhares de casais belenenses da classe média. Abaixo, um resumo do domingo em que Sônia matou o marido:

Quando o pano se levanta, vê-se uma cena irrepreensivelmente doméstica: Sônia costura um short para seu filho Igor, enquanto João toma café. Ele sugere, na primeira tentativa de encher o domingo, um passeio até o Museu Emílio Goeldi, para mostrar os bichos ao garoto, e uma visita à casa dos pais dela. Pegam o Volkswagen e saem. No naseu, Igor não revela o menor interesse pelos bichos, no que pode ter sido como o primeiro fato extraordinário do relato. Os pais de Sônia estão de saída e João lhe entrega a chave do carro para que ela os leve até seu destino, enquanto ele caminha alguns metros para entrar na casa de sua mãe, dona Ormindarina.

João e Sônia voltam a encontrar-se às 13 horas, na casa dos pais dela. Almoçam todos, ouvem durante algum tempo os discos de João, ela liga a TV e ele resolve ir para casa, só retornando no começo da noite, com a idéia de levar o pequeno Igor para uma visita à casa de seus pais. Sônia diz que não: acha que o menino deve passear pela cidade, pois são poucas as chances. Prefere levá-lo a visitar uma amiga. João insiste, ela sente cheiro de bebida e diz que o marido está bêbado. "E, estou porré", reconhece João — e leva o garoto consigo. Sônia fica irritada. Embora não saiba bem por quê, não se dá bem com a mãe de João, e acredita que toda vez que o marido visita dona Ormindarina os desentendimentos aumentam entre o casal. No depoimento, ela fala de um João Gemaque geralmente atencioso, carinhoso e caseiro, que se metamorfoseia em vilão sempre que conversa com a mãe, descrita por Sônia como uma mulher de índole autoritária. Sônia e João já haviam brigado muitas vezes: ele chegou a agredi-la. Entre conflitos, insultos, carinhos, promessas de passeios redentores que jamais se realizavam por falta de tempo, iam levando a vida.

Sônia, João e o pequeno Igor voltam para casa à noite, porque noite, restando como opção um filme

de espionagem que o casal assiste sem dizer palavra. proposto irem todos passear na praça do Pescador, mas acabou aceitando, embora a contragosto, o desejo da mulher. Os "Piratas", porém, ausentaram-se da TV naquela com o marido, pois preferia ter o menino na cama para protegê-lo caso houvesse algum fludo o programa, Sônia boia água no fogo para preparar um banho para si, manda a empregada dormir no quarto da criança, e leva o filho para a cama. (Ela não dormia com o marido, pois preferia ter o menino na cama para protegê-lo caso houvesse algum assalto. João dorme na rede).

João acaba se entediando com a TV e vai para o quarto. Deita-se na rede e, insone, embala-se apoiando o pé na cama. Sônia protesta, o garoto pode acordar. Ele não responde, e continua a se apoiar na cama. Sônia bate com o pé no pé dele, e João salta sobre ela enfurecido, agredindo-a. Depois chama a empregada para cuidar de Igor, mas Sônia a dispensa. João tenta botar o menino no colo, ele chora assustado; Sônia recusa entregá-lo. Nova sessão de violência física e insultos. João segura o pé de Sônia. "Aperta", diz ela com um sorriso. "Há muito tempo que eu peço a Deus que me tire, pois estou cansada desta vida". João começa a chorar e deixa o quarto envergonhado, depois de cuspir na cara da mulher. Vai até a copa e mete a mão nos talheres, provavelmente simulando que procura uma faca. Depois, retira da bolsa de Sônia o talonário de cheques de uma conta conjunta do Banco Lar Brasileiro, e a chave do carro. Na cozinha, Sônia vê a água fervendo na panela e tem a idéia de vingar-se do marido. Segura a panela e volta para a copa. João percebe sua intenção tarde demais. Chega a segurá-la pelo braço, segundo ela diz no depoimento, mas a panela "derrama-se" sobre ela. Sônia volta com a panela para a cozinha, deixa-a na pia, e diz para João, que lança urros desesperados: "Não grita. Eu apantei e não gritei". João salta pela janela para o jardim, berrando por socorro, e pedindo a Sônia a chave do carro. Custam a achá-la, e finalmente conseguem dar partida ao carro, em direção ao Pronto Socorro. No caminho, João promete à mulher que lhe dará tudo: casa, carro e dinheiro, e que dirá a todo mundo que foi acidente. Mas, morre no dia seguinte.

Poucas vezes a imprensa diária de Belém terá revelada tamanha identidade de ponto-de-vista quanto na sexta-feira da semana passada. Na noite anterior, um grupo de policiais da Delegacia de Homicídios da Secretaria de Segurança Pública, tendo à frente um truculento agente conhecido por "China", havia espancado o repórter fotográfico Antônio Gouveia Jr., de 16 anos, na Rua Gaspar Viana, próximo ao prédio de "O Liberal". Imediatamente, as três emissoras de rádio da cidade noticiaram o fato em detalhes, preparando o público para o que viria no dia seguinte, quando "A Província do Pará" e "O LIBERAL" denunciaram a escalada de violência física e outras formas de arbitrariedade policial contra jornalistas, mostrando que o caso de Gouveia Jr. era apenas o mais grave dentre outros recentemente verificados.

Tudo começou quando o repórter Francisco de Assis e o fotógrafo Gouveia Jr. chegaram a um bar da Gaspar Viana para "cobrir" a chamada "Operação Mariposa", engenhoso expediente de combate ao "trottoir" do centro da cidade. Ele consiste basicamente em arrastar as meretrizes para a Central de Polícia, onde, após um edificante sermão do comissário de plantão, são lançadas à cela por 24 ou 48 horas. Num estilo que está longe de ser original entre policiais, "China" arrastava uma prostituta pelos cabelos quando chegaram os repórteres, e sua imediata reação foi proibir qualquer fotografia. As fotos publicadas na edição de sexta-feira de "O Liberal" mostram o repórter Assis discutindo com o agente, ambos de dedo em riste. Pois,



FOTOS "O LIBERAL"

Mais um caso de Polícia

Concebendo o uso da força como o único instrumento capaz de solucionar o "trottoir" no centro da cidade, a Polícia comete excessos. E a imprensa, orientando-a e condenando-a, pode evitar problemas — para todos e para si também.

apesar do grande número de policiais presentes, Gouveia Jr. bateu algumas fotos, o que bastou para que fosse agarrado e sucessivamente esbofetado pelos homens da lei. Na confusão que então se formou, "China" atacou ainda o fotógrafo pelas costas, desferindo-lhe habilidosa e violenta cutelada na nuca, que o lançou desmaiado ao chão.

Mostrando que

aprenderam alguma coisa durante os muitos anos de convivência com os bandidos, os policiais fugiram imediatamente após o crime, transportados por uma viatura da SEGUP, estrategicamente mantida às proximidades. Pouco depois, os repórteres policiais Antônio e Ítalo Gouveia, pai e tio, respectivamente, do fotógrafo agredido, chegaram ao local do espancamento. De

lá foram para a Central de Polícia, chegando a tempo de interromper aos bofetões a épica narração do glorioso feito, com que "China" brindava seus companheiros de polícia. Para escapar de um castigo mais duro, o agente socorreu-se da proteção dos colegas, que a muito custo conseguiram acalmar a fúria vingativa dos jornalistas.

"China" ficou

nominalmente detido até que repórteres policiais deixassem a Central. Logo depois, o comissário Lauro Viana liberou-o, mas o coronel Wilson Romão, secretário de Segurança Pública, determinava a redetenção do agente. Ao mesmo tempo, anunciava-se que o delegado-geral, Luís Paes, decidira abrir inquérito administrativo contra os policiais envolvidos na agressão, como medida preliminar para processá-los.

Na sexta-feira, além de amplo noticiário sobre a agressão de Gouveia Jr., os jornais traziam um número incomum de matérias sobre "casos de polícia" — isto é, em que os policiais figuram como criminosos. Falsificações, corrupção, desmandos, irresponsabilidade — cada infração tinha seu representante.

O fundamental de tudo isso, porém, não é que haja policiais violentos capazes de agredir jornalistas para evitar que estes documentem suas arbitrariedades, e sim que as famosas "punições exemplares" jamais se concretizam. "China", por exemplo, já esteve antes envolvido em espancamento de mulheres e responde a inquérito administrativo por corrupção, e como o dele há dezenas de outros policiais em atividade e armados, cuja idoneidade moral está longe de ser inatacável.

Recentemente, por exemplo, o governador do Estado exonerou de suas funções o delegado de Paragominas, Carlos Rufino, famoso por suas incontáveis arbitrariedades (veja BANDEIRA 3 no. 2). Não foram revelados os motivos do ato governamental, mas a Polícia informou que em breve ele começaria a exercer novas funções.

No centro, uma batalha insólita

Há pelo menos oito anos, prostitutas, polícia e uma parte mais indignada da população travam uma guerra de movimentos num campo de batalha de não mais que cinco quilômetros quadrados, cercado por uma parede de concreto de um lado (os edifícios da avenida Presidente Vargas) e por uma das mais importantes ruas da cidade de outro, a Padre Eutíquio. Nos limites dessa arena, já se tornaram comuns cenas de prostitutas batendo apressadamente em retirada em busca de alguma porta protetora, policiais desenvolvendo céleres operações de apreensão e, mais recentemente, jornalistas e mulheres que trabalham à noite em outras profissões que não às "do amor", perseguidos, presos e espancados. Será esta a melhor maneira de acabar com um problema que atravessa séculos sem uma

solução razoavelmente aceitável e eficaz, a prostituição?

Talvez se o exercício dessa profissão, tida como a mais antiga que o homem inventou, fosse realizado em bairros periféricos, protegidos por muradas de hotéis com nomes sofisticados, o problema não tivesse assumido as graves dimensões atuais. Mas um exército de prostitutas, munidas de trajes minúsculos e movidas pela necessidade de abordar qualquer homem que transite pela área para obter um faturamento razoável, montou acampamento na mais famosa via de Belém, a Presidente Vargas, provocando indignações diárias entre os habitantes da cidade.

Um dos mais indignados tem sido o radialista Adamar Filho, que através de seu altissonante programa de rádio

desenvolveu uma campanha contra a prostituição na avenida, pedindo uma intervenção da polícia para acabar "com essa vergonha". Avaliados por tão popular apoio (o programa de Adamar tem grande penetração entre a classe definida pelo IBOPE como C), os policiais julgaram poder usar com generosidade a violência para expulsar as prostitutas.

Na semana passada, dois jornalistas que estavam em trânsito ou exerciam sua profissão às proximidades da avenida sofreram as consequências de uma batalha entre grupos que não usam trajes identificadores: nem sempre é possível reconhecer pela aparência uma prostituta e uma dama, como também é difícil qualificar seus acompanhantes. Sem dispor de um código seguro para avaliar as aparências, a polícia conta apenas com a vaga

orientação de que o uso da força é a melhor solução para combater um mal sobre cujas causas pouco se sabe.

Mas talvez fosse sensato que alguma autoridade procurasse perguntar-se não apenas sobre os meios para expulsar as prostitutas, mas as razões que determinaram sua instalação justamente nesse local. É pouco compreensível que uma das áreas mais centrais de Belém, que normalmente seria disputada a ouro por imobiliárias e construtoras, continue uma cidadela desvalorizada de prostitutas que precisam institucionalizar a caça ao homem para pagar o aluguel no fim do mês. A penetração do que se convencionou chamar de "progresso" tem sido muito lenta nessa área. Durante o governo Alacid Nunes ela foi intensificada: perseguidas por várias frentes (sanitária, fiscal

e policial), as prostitutas foram abandonando as velhas casas, que eram imediatamente fechadas ou até lacradas com cimento por seus proprietários. As placas nas portas, indicativas da presença de famílias, foram desaparecendo e os aluguéis começaram a se valorizar.

Parecia que finalmente a área compreendida desde a Campos Sales até a 10. de Março e delimitada pela General Gurjão e Riachuelo adquiriria sua especialização como zona do pequeno comércio, de produtos e não mais de carne. Mas a expansão ficou a meio caminho e não ultrapassou, a partir da Campos Sales, a Padre Prudêncio. As prostitutas voltaram a ocupar sua área, menor porém mais concentrada, dispendo de bares e hotéis suspeitos como redutos avançados.



A Companhia de Terras e Colonização (COTERCO), uma empresa de economia mista que começará a funcionar este ano, será o segundo maior latifundiário da Amazônia depois do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, subordinado ao Ministério da Agricultura). Quando o governador Fernando Guilhon, ou seu sucessor, aprovar um decreto que lhe será encaminhado pelo Secretário de Agricultura, a maior parte das terras devolutas de propriedade do Estado sairá do Departamento de Terras da SAGRI e passará para a nova empresa, onde o governo detém o controle acionário.

Serão 15 milhões de hectares, divididos em 13 áreas, onde será realizado um trabalho de levantamento, delimitação e discriminação. É provável que essa área se reduza, caso sejam constatadas propriedades particulares já ocupando as terras públicas. Mas ainda assim essa redução não deverá ser acentuada.

A COTERCO poderá comercializar livremente essas terras e desenvolver nelas os programas de colonização que achar necessários, tanto com pequenos agricultores como através de empresas agrícolas. Inicialmente, já se pensa num programa de colonização com propriedades superiores a três mil hectares, um módulo bastante extenso (o do INCRA vai de 100 hectares até o máximo de três mil atualmente) que para ser aprovado necessita da consulta do Senado.

Além da renda que obter com a comercialização das terras de sua propriedade, a COTERCO administrará as terras que continuarem de posse do Governo do Estado e desempenhará as funções de órgão de consulta da Secretaria de Agricultura para assuntos de terra e colonização. Poderá se tornar assim numa das mais ricas companhias mistas do Estado.

As 13 áreas de terras que passarão para a COTERCO localizam-se nos seguintes municípios:

- 1 - São Félix do Xingu e Altamira.
- 2 - Senador José Porfírio, Marabá e Itupiranga.
- 3 - Itaituba.
- 4 - Itaituba.
- 5 - Oriximiná e Faro.
- 6 - Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Almeirim.
- 7 - São Domingos do Capim e Paragominas.
- 8 - Portel, Bagre e Oeiras do Pará.
- 9 - São Félix do Xingu e Altamira.
- 10 - São Félix do Xingu.
- 11 - Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu e Marabá.
- 12 - Porto de Moz e Aveiro.
- 13 - Juruti e Santarém.

COTERCO será segundo latifundiário da AM



Os nordestinos vão, os gaúchos vêm

Os gaúchos poderão ser os colonos ideais ou mais utilizados pelo Programa Cooperativo e de Colonização (PPC) do INCRA, que substituirá a partir deste ano o Programa Integrado de Colonização (PIC) na área da estrada Transamazônica. A Cooperativa Triticola de Ijuí (Cotrijuí) já contratou uma empresa de planejamento para realizar os estudos de viabilidade que definirão a possibilidade de realizar na região de Altamira uma agricultura avançada e sofisticada. Os planos da Cooperativa têm uma dupla dimensão: ao mesmo tempo em que ela substituirá os antigos núcleos de colonização montados com nordestinos trazidos para a beira da estrada pelo INCRA, irá introduzindo pequenas e médias propriedades na estrutura minifundiária que caracteriza o noroeste do Rio Grande do Sul, na medida em que seus associados se dispuserem a transferir-se para a Amazônia, abandonando suas reduzidas posses.

A área onde será implantado o projeto da Cotrijuí abrange 400 mil hectares de terra no vale do rio Iriri, um afluente do Xingu, estendendo-se desde o quilômetro 50 ao 182 da Transamazônica,

a partir de Altamira. Aí serão instaladas duas mil famílias de agricultores que atualmente habitam o noroeste do Rio Grande do Sul, em módulos rurais ainda não definidos (mas que não devem ultrapassar 200 hectares, duas vezes mais do que os atuais lotes de colonos). Serão utilizados para a prática agrícola 260 mil dos 400 mil hectares, mantendo-se o restante como reserva florestal.

Os colonos desenvolverão culturas de ciclo curto e perenes, com a utilização de adubos, corretivos químicos e tratores, na forma avançada como vem sendo empregada no Rio Grande do Sul. Já foram montados sete esquemas optativos para deles resultar a definição dos cultivos, mais ainda não houve uma decisão. Além das culturas já desenvolvidas na região, como açúcar, cacau e feijão, serão também utilizadas outras, com a introdução de cultivos como o da soja tropical e dendê e mamona. Está prevista também a exploração econômica das árvores que forem abatidas para a formação dos cultivos, produzindo-se serrados e, talvez a longo prazo, laminados. A produção será destinada tanto ao mercado externo quanto ao interno.

A Cooperativa está estudando ainda a possibilidade de assumir a responsabilidade pela comercialização da produção dos colonos instalados pelo INCRA, que assim passariam a realizar apenas a administração dos núcleos de colonização da Transamazônica. A Cotrijuí forneceria equipamentos e fertilizantes, conduzindo a produção para mercados mais rentáveis. Talvez ela adquira também a usina de açúcar que o INCRA montou próxima a Altamira e que até agora funcionou precariamente, não apenas por falta de técnicos, mas também porque a lavoura de cana-de-açúcar formada (capaz de receber até 700 toneladas) é insuficiente para as dimensões de usina, (capaz de produzir três mil toneladas de açúcar).

O projeto de Cotrijuí pode começar a ser executado em meados do próximo ano, se os entendimentos forem bem conduzidos. Ela está exigindo que o INCRA venda terra a um preço acessível e forneça crédito fundiário não apenas para a instalação dos colonos gaúchos na Amazônia, mas também para aqueles que ficarem no noroeste do Rio Grande do Sul possam comprar as propriedades dos que se transferirem dali. Essa área, onde se cultiva soja e tri-

Enquanto o INCRA substitui os nordestinos pelos gaúchos, a COTERCO surge com 15 milhões de ha. para colonizar. Conseguirão evitar o desmatamento, um dos produtos da colonização?

go, está excessivamente fracionada, havendo muitas propriedades com menos de 10 ou 7 hectares, onde obviamente a produtividade é baixa e o preço das terras elevado. Se dispuser de crédito para permitir a transferência de duas mil famílias de colonos dessa área (o maior atrativo para eles será a possibilidade de possuir áreas pelo 10 vezes maiores do que as atuais) e para financiar a expansão dos que ficarem, a Cooperativa executará seu projeto, que ela acredita ser o único capaz de viabilizar a colonização da Transamazônica porque vence a infertilidade natural da maioria dos solos com o uso de fertilizantes e corretivos. Mas só agricultores avançados e dispostos de créditos poderão realizar essa tarefa. Além disso, os colonos de Ijuí, descendentes de espanhóis e italianos, estão acostumados à aventura das migrações.

O plano, que começaria em 1976, teria o tempo de maturação de nove anos, criando na Amazônia uma larga faixa de pequenos e médios proprietários rurais, cultivando produtos com aceitação no mercado. A Cooperativa é uma poderosa empresa rural com 9.500 associados e grande comercializadora de trigo e soja.

Este caso termina

A polêmica entre os juizes e o jornalista João Malato teve um desfecho: Malato viajou para o Rio, "para visitar a família", os juizes satisfizeram-se com as respostas publicadas nos jornais. Mas as razões que motivaram a polêmica não foram esclarecidas, nem o final feliz representa uma solução.

bem (e os outros?)

A polêmica sobre a elevação dos salários da magistratura continuou durante toda a semana passada. Dia 19 o advogado Edgard Olyntho Contente fez publicar no jornal "A Província do Pará" um artigo sob o título de "Esclarecimento necessário", no qual refuta as críticas do jornalista João Malato, introduzindo na novela novos personagens.

Malato, através de seus artigos, lamentou que os magistrados realizassem uma "tomaria" ao Palácio do Governo para pedir aumento e fez duas denúncias envolvendo membros do Poder Judiciário. A primeira relacionada com um juiz da capital que teria concedido um mandado de segurança em troca de um automóvel. A outra envolvia o próprio irmão do jornalista, que teria sido espoliado em matéria de custas judiciais.

Segundo Olyntho Contente, o Dr. Fernando Rocha, advogado do Pará nas Instituições Financeiras Itaú (e para o qual Contente vem prestando serviços há alguns meses), recebeu incumbência de busca e apreensão de um automóvel Volkswagen, adquirido por William Rodrigues dos Santos, financiado pelo Itaú, tendo como avalista da nota promissória o Sr. Álvaro Moacyr Ribeiro (irmão de Malato e sogro de William). O caso foi encerrado pelo juiz de causa porque não foi oferecida nenhuma defesa: o atraso já era de 7 meses.

Novamente o Dr. Fernando Rocha foi acionado pelo Itaú, para protestar judicialmente uma nota promissória do mesmo William e também avalizada por Moacyr, no valor de 2 mil cruzeiros. Chamado ao escritório, William nada decidiu. A cobrança foi levada a juízo e o avalista chamado à responsabilidade.

Como William não tinha bens para garantir a dívida, os oficiais de justiça penhoraram uma casa de Moacyr. Quando a penhora já estava devidamente formalizada, Contente recebeu em sua casa a visita da esposa de William, que pedia a dilatação do prazo de pagamento, alegando que seu pai (Moacyr) estava passando mal de saúde, aborrecido com o "vexame que se vira envolvido por culpa do genro".

No mesmo dia dessa visita, Contente recebeu uma carta de João Malato, comunicando que seu irmão Moacyr fora vítima de um falsário e solicitando a opinião do "velho amigo", desculpando-se por não poder ir pessoalmente ao seu encontro por estar enfermo. Contente diz em seu artigo que intercedeu junto ao Dr. Fernando Rocha, que concordou com a desistência da ação e concedeu um prazo mais razoável.

Em troca do favor, o Dr. Fernando Rocha exigiu o reembolso das despesas que o escritório já havia feito, juntamente com os honorários de advogados. Se-

riam 400 cruzeiros, menos que os 500 cruzeiros denunciados pelo artigo de Malato. As outras despesas com mandado de citação, diligência dos oficiais de justiça, imposto sobre operações financeiras, juros de mora, despesas de protestos, Ordem dos Advogados do Brasil e taxa judiciária, subiam a 489,60 cruzeiros.

Contente conclui seu artigo lamentando "receber acusação injusta" mas afirmando que desde o tempo de La Fontaine e outros grandes pensadores já difamavam a classe dos advogados.

Depois de escrever sobre política portuguesa, Malato respondeu a carta de Contente através do artigo "Fim a uma questão desagradável", publicado em "A Província do Pará", no qual assegura que o Dr. Contente cometeu uma grande injustiça ao tornar público, "embora sem personalizá-la", o nome da Dra. Clímenie Pontes, juíza da capital. Malato diz ainda ter recebido de Contente uma carta que mostra minuciosamente a aplicação do dinheiro pelo escritório do Dr. Fernando Rocha, "inclusive com justa retribuição a humildes serventuários do Fórum que muito se prestabilizaram para apressamento das diligências para encerramento da penhora de que o lar do meu irmão foi passível". Termina o artigo destacando a probidade e honestidade da juíza, que foi injustamente envolvida na polêmica, admitin-

do-se mesmo, incapaz de magoá-la intencionalmente devido às afinidades de parentesco.

No mesmo dia do artigo de Malato (dia 22) Contente usou o mesmo jornal para esclarecer que, como ex-membro da magistratura ("deixei a magistratura debaixo de flores e alegrias de colegas") não poderia atingir a nenhum de seus membros porque lá deixara muitos amigos e que no seu artigo anterior não havia dedicado uma só palavra de ofensa à juíza Clímenie Pontes. Diz ainda que todo o mal-entendido foi causado pelo filho de Moacyr e sobrinho de Malato.

Sexta-feira passada, atendendo pedido do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Agnato Monteiro Lopes, a direção de "A Província do Pará" fez publicar uma carta do Dr. Armando Bráulio Paul da Silva, juiz da capital que concedeu o mandado de segurança à empresa de transporte Transbel Rio Ind. Com. Ltda. que, segundo Malato, teria adquirido um automóvel Opala em troca da medida liminar.

Bráulio garante em sua carta ao presidente do TJE que a coincidência entre a compra do veículo e a concessão do mandado não tem fundamento, pois a liminar foi concedida dia 12 de novembro do ano passado e somente cumprida em fins de dezembro. O automóvel só foi adquirido no dia 23 de novembro (11 dias depois da medida).

Bráulio desmente Malato a respeito do valor do veículo, que é de 48 mil cruzeiros e não 58 mil cruzeiros como afirmou o jornalista. Como entrada, o juiz deu um Volkswagen no valor de 17 mil cruzeiros e o restante pago à vista com recurso próprio, sendo 14.683,57 cruzeiros pagos com o prêmio que o juiz ganhou da Loteria Esportiva e o restante completado com a doação de Manoel Barreza da Silva, pai de Bráulio.

Não houve um desfecho para essa novela, que talvez tivesse interesse se nela fossem envolvidos não apenas parentes de um jornalista disposto a combates sem regras definidas e juizes que se restringiram na resposta às acusações em casos pessoais de tortuosa reconstrução, mas também anônimos cidadãos que buscam diariamente vários setores da justiça para esclarecer questões, corrigir erros ou fazer respeitar seus direitos.

Nem sempre esses casos são tão ingentes quanto o dos parentes do jornalista, mas comparados às armas de defesa desses anônimos cidadãos, talvez sejam mais instrutivos para definir o problema na Justiça do Estado. Agora que Malato vai viajar e os juizes parecem haver contentado-se com os desmentidos publicados, a novela parece ter sido concluída, mas não a questão mais ampla que a motivou e desapareceu no percurso da narrativa.

São os juizes privilegiados?

Para chegar a juiz da capital, o candidato tem que ser bacharel em Direito no mínimo dois anos e se submeter a concurso público. Depois de aprovado passará pelo menos dois anos no interior do Estado. Vade então passar cinco anos numa Universidade (sem contar o curso secundário) para ganhar 3,5 mil cruzeiros por mês? A resposta seria negativa, se o índice de desemprego, a falta de um nome que projete o recém-formado e o elevado número de novos advogados (em 1979 as Universidades estarão formando 600 novos bacharéis só em Belém) não levassem uma grande quantidade de jovens a disputar com avidez uma vaga na polícia ou na magistratura.

De todos os Estados brasileiros o Pará é quem pior paga a Magistratura, afirma o Dr. Nairo Barata, secretário da Associação dos Magistrados do Pará. Diz ele que o Piauí (que até bem pouco tempo era o Estado que pior remunerava a magistratura) paga atualmente a um desembargador 11 mil cruzeiros, o que representa uma diferença de 120 por cento em relação aos vencimentos de um desembargador de nosso Estado, que tem um salário de 5 mil cruzeiros.

Além dos magistrados que por serem membros de um poder autônomo, deveriam perceber igual aos membros dos

outros dois poderes. O governador teve seus vencimentos majorados em 20 mil cruzeiros. Um deputado vai ganhar na próxima legislatura 13 mil. Ora — dizem os magistrados — além de recebermos salários inferiores, o único adicional que recebemos é por tempo de serviço (10 por cento em cada decênio). Em outros Estados, o magistrado recebe adicionais variáveis como nível universitário e periculosidade para o exercício da função. A situação se agrava ainda mais — argumentam eles — porque o magistrado, de acordo com a Constituição, não pode exercer outra função a não ser o magistério e o salário de um professor não é muito atraente.

Segundo observadores, a magistratura paraense é composta em mais de 70 por cento de mulheres, o que já representa um índice de fuga do homem, que tradicionalmente mantém a família, mas que não vê boas perspectivas na magistratura. Além de mal remunerados eles precisam constantemente adquirir novos livros para se manterem atualizados. Além dos livros, o magistrado precisa renovar sempre o seu vestuário em função do cargo que exerce. Dizem eles que o povo já se acostumou a ver na figura de um juiz ou desembargador uma pessoa bem trajada, o que força o magistrado a "espichar" seu orçamento para adquirir roupas. O que resta mal dá para manter a família, geralmente numerosa.

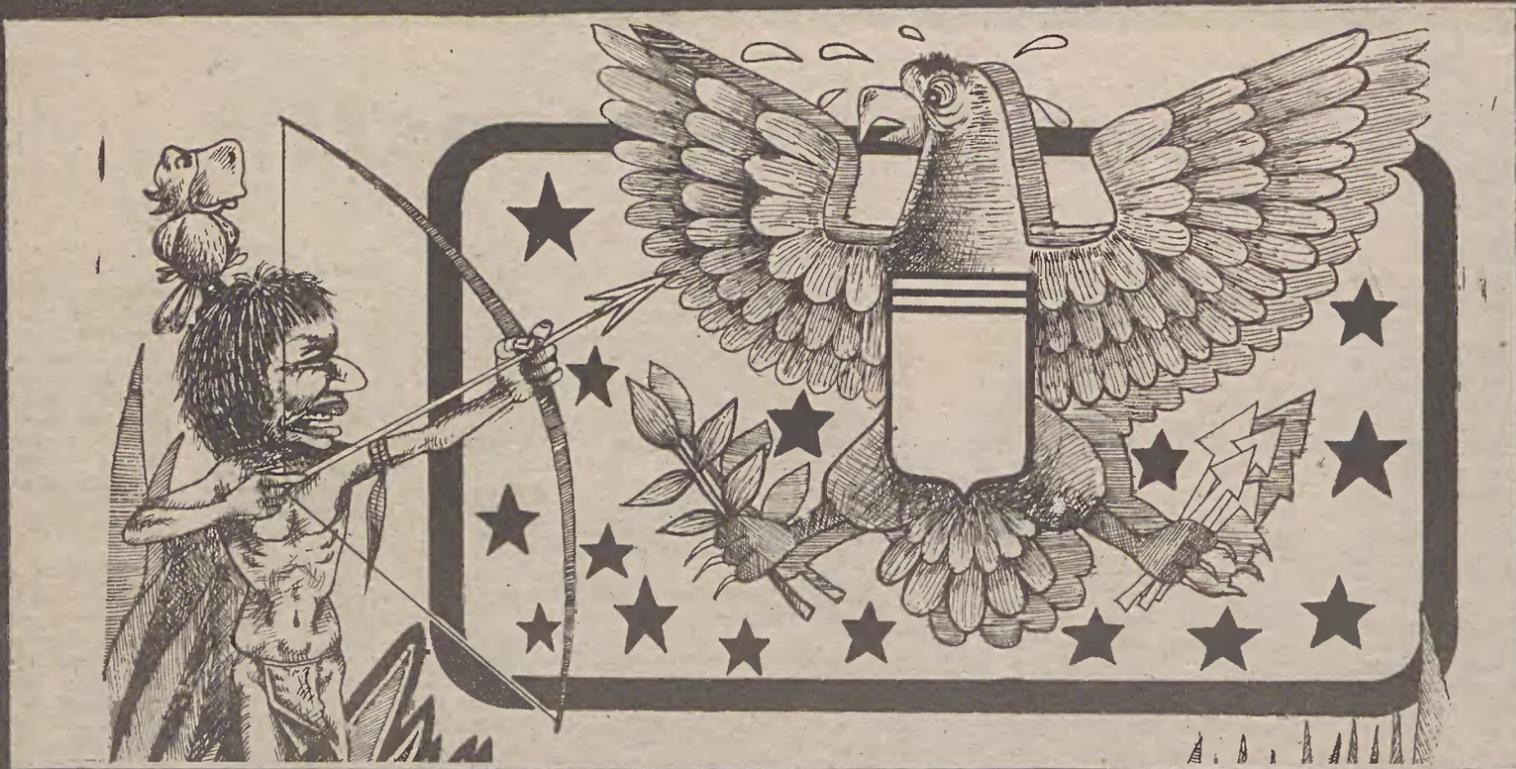
A situação tanto do funcionalismo como da magistratura não é boa. Durante o governo Guilhon, ambos tiveram dois aumentos em 4 anos. Em agosto de 1971, o governo concedeu tanto à magistratura como ao funcionalismo público, um aumento de 20 por cento. Através do Decreto-Lei no. 175, a administração Guilhon, em outubro do mesmo ano, concedeu aos magistrados 10 por cento a mais de gratifi-

cação judicante e 30 por cento de gratificação permanente. O último aumento do funcionalismo foi em novembro de 1973, mas o porcentual não ultrapassou 20% enquanto os magistrados tiveram seu último aumento (de 25%) em março desse mesmo ano. Quando Guilhon assumiu o cargo, um desembargador ganhava 2.304 cruzeiros e de acordo com o último aumento passou a ganhar 5 mil cruzeiros. Houve portanto em 4 anos um aumento de mais de 100 por cento, que os magistrados consideram ainda insuficientes para cobrir a elevação do custo de vida nesse período (dados da Fundação Getúlio Vargas estimam a inflação em Belém de 90%).

O secretário geral do IDESP, Roberto Oliveira, acha que não se pode ainda pensar em aumento tanto para o funcionalismo como para a magistratura, enquanto não for concluído o Cadastro do Pessoal Ativo e Inativo do Estado. O Cadastro está sendo elaborado, através do convênio com a SERPRO e FISEPE. Sua finalidade é saber quantos funcionários o Estado possui (incluindo as autarquias e empresas de economia mista), qualificação, tempo de serviço, além de permitir ao Governo saber quem é realmente necessário ao serviço público e quem "entrou pela janela" onerando com isso os cofres do Estado.



Americanos, Go Home (grito ou apelo?)



modelo norte-americano de desenvolvimento, que durante quase um século vem sendo proposto como única alternativa às nações latino-americanas, nunca foi aplicado nos EUA. Enquanto falavam em "recursos comuns" (isto é, nos recursos latino-americanos que deveriam ser postos à disposição da poderosa indústria norte-americana), e em livre comércio (isto é, no ingresso livre dos manufaturados ianques no mercado do subcontinente), os EUA sempre aplicaram, em benefício próprio, uma política altamente protecionista e nacionalista. Assim, a repercussão da Lei do Comércio recentemente votada pelo Congresso dos EUA, e as críticas feitas até mesmo pelos países mais ortodoxamente capitalistas, com o Brasil, ao modelo americano de desenvolvimento, não significam que algo tenha mudado no plano econômico. A mudança é política, ou antes, a nova maneira de encarar os problemas econômicos do continente decorre de uma mudança essencialmente política.

A Lei do Comércio dos EUA, por si só, tem muito de instrumento político. A reação do Brasil foi bem menos severa que a da Venezuela e do Equador. A lei ameaça bem mais os interesses de Caracas e Quito do que os de Brasília, havendo mesmo a possibilidade de uma composição do Brasil com as novas diretrizes econômicas do Congresso americano. Através delas, o presidente

Gerald Ford está autorizado a criar sérias dificuldades à exportação para os EUA dos produtos da Venezuela e do Equador, caso estes dois países, de direito ou de fato, não abandonem a OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Também está ameaçado o Pacto Andino (já bastante abalado pela virtual deserção do Chile de Pinochet e pela indecisão da Bolívia de Banzer) e os países latino-americanos integrantes do Mercado Comum do Cobre — Chile, Bolívia e Peru. Se é verdade, portanto, que a Lei do Comércio não significa uma mudança de filosofia, também é verdade que ela é a radicalização do aparato de pressão econômica exercido há muitas décadas pelos EUA na América Latina.

A causa disso tudo é evidentemente a própria dinâmica do capitalismo, hoje em sérias dificuldades mas ainda assim o mais poderoso sistema do planeta. Por outro lado, embora a lei tenha partido do Congresso, poderia ter sido obstada por um veto do presidente Ford. Mas Ford seria incoerente se o fizesse: embora as historietas sobre o "americano comum" tenham servido para que isso parecesse um pequeno e desimportante aspecto de sua biografia, o presidente americano é um dos mais ortodoxos que o País já teve, desde os tempos de Eisenhower, tanto no plano econômico quanto no político. Ele foi escolhido por Nixon, um republicano, e os democratas não teriam aceito a nomeação de um vice-presidente (e virtual

presidente) republicano capaz de ameaçar a tranqüila vitória que esperam das urnas nas próximas eleições. Aceitaram Ford porque ele ajudaria a ganhar a parada e ainda teria a vantagem de aplicar no plano externo as medidas mais antipáticas.

Com Ford ou sem Ford, porém, a confrontação EUA-América Latina é irreversível. O atual chefe da Casa Civil do presidente Geisel, ministro Golbery do Couto e Silva, publicou em 1968 os seus "Estudos de Geopolítica". Nesse livro, embora não deixe de falar na amizade que liga os brasileiros aos irmãos do Norte, contraria substancialmente a retórica de Roberto Campos, Eugênio Gudin e outros homens de visão mais tradicional. Golbery vê a coisa da seguinte maneira: de um lado, os EUA e sua área de influência natural, os seus amigos canadenses, mexicanos e centro-americanos; de outro, nós e nossos amigos sul-americanos.

Mas não é somente — e nem principalmente — no Brasil que alguma coisa está mudando. Dos quatro modelos político-econômicos que a América Latina oferecia há pouco mais de um ano, só restam três, desde que as Forças Armadas chilenas puseram fim à experiência da "via pacífica para o socialismo" da Unidade Popular de Salvador Allende. Restam agora o modelo cubano, síntese tropicalizada das experiências soviética e chinesa, e que se acha confinado aos limites da ilha; o modelo brasileiro, o mais clássico de todos, e que se utiliza, na frase do

ex-ministro Delfim Neto, do que ensinam os manuais da economia; e o modelo peruano, um nasserismo por enquanto esquerdista e sustentado por heterogêneo núcleo de oficiais das Forças Armadas. Suas características são o autoritarismo (os militares têm o firme controle do poder, mas ainda permitem a liberdade de expressão dentro de limites cada vez mais estreitos), reformas sociais em profundidade (a reforma agrária peruana só foi menos radical que a de Cuba), e o nacionalismo quanto aos minérios e outros recursos minerais: o presidente Alvarado nacionalizou a companhia norte-americana de petróleo IPC, que vinha lesando o Estado há muitos anos, assim como outras entregou o cobre do País à exploração estrangeira, permitindo a livre remessa de lucros em troca do controle estatal da comercialização do produto no exterior.

Os demais países latino-americanos seguem em graus vários desses modelos, ora se aproximando de um, ora do outro. Considerando-se apenas dois modelos (devido ao confinamento do modelo cubano), teríamos, por exemplo, o México e o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia como "brasileiristas" (os três últimos bem mais que o primeiro); e o Equador e o Panamá como "peruanistas". Na faixa claramente intermediária, estariam a Venezuela (que associa uma política cada vez mais nacionalista, "à peruana", com certos aspectos mais de acordo com o modelo

brasileiro, juntando a isso um regime político de amplas liberdades públicas, que existia também no Chile até o golpe que depôs Allende e subsiste hoje, com mais restrições, na Colômbia e em Costa Rica).

Um caso à parte é a Argentina, desde o retorno dos peronistas ao poder. Com a morte de Perón e a progressiva marcha do regime para a Direita, o peronismo perde cada vez mais as chances de se afirmar como modelo original. Perón havia prometido um regime "à esquerda do Brasil e à direita de Cuba", o que é muito impreciso. Campora pareceu levar a promessa a sério, mas com Perón diretamente no poder e agora com Isabel Martinez, o regime argentino pode ser descrito como à esquerda do Brasil e à direita do Peru, já que qualquer referência à Cuba se tornou rigorosamente absurda.

E o modelo americano? Na medida em que significa um projeto para consumo externo, sobrevive na América Central (Guatemala, Honduras, El Salvador, etc.) e influi poderosamente em países da "zona brasileira" — a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. Os demais governos, inclusive o do Brasil, tendem cada vez mais a não aceitar de modo inteiramente passivo aquilo que os americanos recusaram nos tempos em que os teóricos da nação do Norte, recém-libertada do domínio inglês, repetiam com Alexander Hamilton: "Os americanos devem desprezar uma situação de instrumentos de um poder estrangeiro" (WALTER RODRIGUES)



Notas

As letras e a fala

Fernando Guilhon não é um governador que faz do debate direto a sua melhor forma de dialogar com os políticos, especialmente os do seu próprio partido, a Arena. Ao encontro pessoal, ele parece preferir o contato indireto. Quando demitiu, há mais de dois anos, o prefeito de Marabá, capitão Elmano Melo, comunicou-lhe a decisão por telefone. E quando Elmano foi ao palácio cobrar explicações, não foi recebido: soube das explicações por assessores governamentais, na sala de espera.

Mas é através de telegramas e cartas que Guilhon, descendente de uma família de frades que chegou ao Maranhão há dois séculos e que tem demonstrado um pendor mais acentuado pelas letras e pela arte (na família há diplomatas, jornalistas e escritores), prefere se comunicar. Quando tem algum esclarecimento a fazer ou crítica a retrucar, ele envia telegrama aos acusadores.

Na semana passada ele expediu o seu mais violento texto ao deputado Célio Sampaio (Arena), que tem se revelado um radical defensor dos motoristas profissionais e graças a isso obtido abundante votação. Guilhon devolveu "na medida as pedras da ingratidão, de abissínio precipitado", representadas por acusações feitas por Célio sobre uma possível omissão do governador na concessão de chapas de táxi e, de um modo geral, na direção dos destinos do Estado.

Guilhon defendeu-se argumentando que sua atuação no caso das chapas de táxi "visou única e exclusivamente o interesse geral, que defendi contra a incursão dos proprietários suspeitos de frotas rendosas". O governador aproveitou para mais uma vez refutar "a pecha de coveteiro da Arena" e condenar uma prática política que lhe parece ser a única existente — e além disso condenável: "Nos regimes decentes, e é o nosso, eleição se ganha com trabalho e não à custa de favores e pressões ilegais e imorais do Executivo, que deve funcionar como magistrado de mãos limpas".

A tentativa de levantar suspeitas sobre a honestidade do governador não dará bons rendimentos ao deputado: pessoalmente Guilhon tem recebido críticas por algumas de suas atitudes e posições, mas não por desonestidade. Mas o deputado, respondendo através de uma carta, acha que a recíproca não é exatamente verdadeira: Célio garante que nada tem a temer, como insinuou o governador. Mas se a resposta dada por Guilhon anula qualquer acu-

são pessoal, não elimina os problemas políticos que subsistiram ao longo de todo o seu governo: a dificuldade de ter um comportamento político, que significa apenas saber mediar entre as aspirações populares, às vezes canalizadas através dos políticos, e as decisões judiciosas do Executivo, que se não abre canais diretos de acesso e busca, fica isolado e corre o risco de ser abstrato e irrealista.

A forma escrita certamente é a melhor maneira de baixar sentenças, mas o governo do Estado não é propriamente uma magistratura: é cargo ao mesmo tempo administrativo e político. E por isso não prescinde de uma atuação política. Que por sua vez necessita de diálogo direto.

Um estádio para toda população

Contando com uma população urbana em torno de 30 mil pessoas, o município de Castanhal aventura-se por um terreno incerto. Por mais corajoso e capaz de render dividendos políticos ao prefeito José Espinheiro, que após comentada barganha política conseguiu construir em Castanhal um estádio com capacidade para abrigar 30 mil pessoas e se transferir definitivamente dos quadros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que liberou os milhões que permitiram a construção do ginásio e estádio municipal.

Para participar do campeonato paraense de clubes, o Castanhal, um clube amador, contratou o ex-técnico do Paissandu, Juan Alvarez, por 6 mil cruzeiros mensais, certo de que esse dinheiro será recuperado quando os grandes clubes de Belém forem jogar naquela cidade. Entretanto, até o início do campeonato, que será em março, é uma incógnita a fórmula encontrada pelo prefeito José Espinheiro para pagar, antes disso o treinador. Quem pagaria? A própria Prefeitura, ou o comércio de Castanhal?

Tomando uma iniciativa corajosa que falta aos dirigentes dos clubes de Belém, o prefeito de Castanhal e a própria liga atlética do município, mas parecem repetir os mesmos males dos "cartolas" da capital, presos às fáceis soluções imediatistas, sem qualquer planejamento. A começar pela própria dimensão do estádio municipal, que segundo declarações eufóricas do prefeito, é de 40 mil pessoas, mas que pessoas comedidas afirmam ser de apenas 30 mil.

Numa cidade cuja população urbana não passa dos trinta mil habitantes, um estádio com capacidade semelhante não pode deixar de ser olhado como uma megalomania, mesmo que ele nasça do sentimento passionista que caracteriza um esporte de massa como o futebol. Os antecedentes também não depõem a favor dos planejadores do futebol de Castanhal.

Construído para atender toda a região, o estádio municipal foi mais "um elefante branco" com poucas e medíocres promoções, desde que foi solenemente inaugurado.

Ao reivindicar sua inclusão no campeonato paraense de futebol, Castanhal espera, enquanto profissionaliza seu futebol, valorizar o próprio município e também seus jogadores, mas essa segunda medida tomada não justifica, por exemplo a contratação do treinador Juan Alvarez, que teria sido dispensado do Paissandu justamente por não trabalhar na formação de jogadores, preferindo os profissionais. Misturando os esses ingredientes, não será difícil prever a repetição da lastimada, amaldiçoada e criticada doença futebol de Belém: a importação de jogadores do sul do país. Seria repetir o fenômeno em escala regional: refugos de Belém serão aproveitados em Castanhal, regiamente pagos. E por fim, o dinheiro arrecadado nos jogos em Castanhal, reverteriam para esses jogadores que o aplicariam em Belém.

A criticada fórmula do campeonato brasileiro de clubes, em proporções menores, seria a solução ideal para dinamizar o raquítico futebol paraense? É certo que, pelo menos, conduziria para alternativas e discussões sadias, há muito afastadas do Pará, onde a história do futebol repete-se a cada ano de maneira sonolenta. Um futebol que carece de atitudes enérgicas e corajosas por parte dos dirigentes.

O Campeonato Paraense de Clubes é uma necessidade para a dinamização do futebol do Pará, mas desde que em base sólida e alheias às soluções empíricas, pessoais ou meras intenções políticas.

O benefício

ainda incerto

Quando o presidente Geisel sancionou a Lei Complementar 24, que entre outras coisas fez do Amazonas o único Estado da Federação a poder conceder isenção de imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o governador Fernando Guilhon enviou um telegrama ao ministro Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil da Presidência da República, agradecendo a

decisão, que considerou "justa e equidistante". Mas por que Guilhon, que antes havia passado um telegrama severo ao Presidente protestando contra a inclusão do artigo 15, que concedeu o privilégio ao Amazonas, consideraria justa a medida, quando tomada?

Como explicaram os jornais, o aplauso se devia ao fato de que o Governo Federal garantiria que também o Pará e outros Estados amazônicos seriam beneficiados com a extensão a eles da vantagem dada ao Amazonas. Na semana passada, porém, essa possibilidade se tornou um tanto remota: fontes do Ministério da Fazenda anunciaram em Brasília a criação de um Fundo do ICM, formado por contribuições dos Estados produtores (os que mais arrecadam o imposto) destinadas aos Estados compradores.

O governo se encarregaria de redistribuir as quantias arrecadadas pelo Fundo para tentar nivelar as diferenças cada vez mais crescentes entre os Estados desenvolvidos, subdesenvolvidos ou num eventual "em desenvolvimento" da Federação. Esse redistributivismo incluiria ou excluiria a promessa de estender aos restantes Estados amazônicos o privilégio dado ao Amazonas?

Um protetor ou egoísta?

"CAP", como é conhecido Carlos Andrés Pérez, presidente da Venezuela, eleito por mais de 48% dos eleitores do país (que não esqueceram seu passado como ministro do governo de Rómulo Betancourt, em 1958, quando foi acusado de torturador de presos políticos e reacionário), passou a ser figura proeminente no cenário latino-americano, depois dos aparentemente frustrados votos em águas internacionais. Quando o presidente dos EUA, Gerald Ford, ameaçou as nações produtoras de petróleo, foi Pérez quem as defendeu, enviando carta de protesto, cuja repercussão não alcançou o efeito desejado. Depois, redigiu cinco mil palavras à Conferência Mundial de Alimentação, usando uma retórica, nacionalista e em defesa dos pobres.

Sua importância no continente latino-americano se deve principalmente ao plano básico de governo, onde promete nacionalizações (a nacionalização do ferro foi decretada a partir de 10 de janeiro), manter os preços do petróleo e realizar o reatamento com Cuba. Hoje, o orçamento do governo ultrapassa os 40 bilhões de bolívares, mais de dez bilhões de dólares, colocando a Venezuela na lista das nações exportadoras de petrodólares.

FINANCIAMENTO

Recentemente Pérez anunciou sua disposição de financiar com petrodólares a produção de matérias-primas dos países latinos, para que eles não dependam das empresas estrangeiras, e conseguir preços justos para os produtos.

O café estaria incluído na pauta de financiamentos. A imprensa brasileira repercutiu o assunto, através de matérias que vão da desconflança formal ao ceticismo irônico. Como foi o caso da revista *Veja*, que enviou à Venezuela um dos seus editores. Mas o "O Estado de São Paulo", comentado em editorial do início de janeiro o fomento da produção de café por parte da Venezuela para transformar estas nações financiadas em "cartéis" de produtores de matérias-primas no gênero da OPEP, dizia que "a experiência mostra que sempre podemos desconfiar de iniciativas altruísticas e generosas dessa espécie". E recorda, neste mesmo editorial que os propósitos reais da Aliança Para o Progresso, eram "principalmente favorecer as exportações de empresas norte-americanas, cuja capacidade de competição era restrita no mercado latino-americano". E indaga: porque motivos iria a Venezuela fornecer ajuda financeira (cujo montante, aliás, se ignora) a países produtores de café?

Segundo o "O Estado de São Paulo", seria de pouco sentido prático tal financiamento, porque o sistema de produção, nestas nações que receberiam os petrodólares, é controlado pelas grandes famílias latifundiárias, que pouco estão interessadas "no bem-estar da balança comercial e do balanço de pagamento de tais países". Estes financiamentos incentivariam a industrialização e conseqüentes mudanças nas estruturas de produção vigentes. Isto é, significaria o aniquilamento da própria classe latifundiária.

No entender do jornal paulista, a Venezuela deveria vender o petróleo mais barato, o que parece estar também nos planos de Pérez, sendo promessa que fez a presidentes da América Central, como noticiou a revista *Veja*.

Qu estudar a "possibilidade de renovar-se o Acordo Internacional do Café". Em sua matéria, "Veja" relembra com uma ponta de ironia, que Carlos Andrés Pérez tem em suas veias o "ideal bolivariano de união dos países do continente, mas a aproximação de Carlos Pérez e Simon Bolívar é decorrência do fato de ele ter chegado ao poder de braços dados com o petróleo".



RONALDO BARATA
ADVOGADO
CAUSAS TRABALHISTAS – CÍVEIS – COMERCIAIS
COBRANÇAS – INVENTÁRIOS
OAB – INSC. R/61
CPF – 0044003702

ESCRITÓRIO ARNALDO MORAES
ADVOCACIA EM GERAL
TRAV. 1o. DE MARÇO, 98 – CONJ. 409
FONES: 22-6620 e 23-0259
CPF – 001263142
OAB PARÁ No. 387

O GARRAFÃO

DE

GONÇALVES, LOPES LTDA. CHURRASCOS-GALETOS-SORVETES
AV. SERZEDELO CORREA' 75-FONE: 23-2530 C.G.C. 05.015.060-INSC.
EST. 15002598/0 BELÉM PARÁ.

**Você não tem
escolha.**

**Caderneta
de Poupança
é com a**  **vivenda**

-dividendos, correção monetária e garantia do Governo Federal.

BELÉM: Rua 13 de Maio, 363 • SANTARÉM: Rua Floriano Peixoto, 572



FOTOGRAFIA



Porfírio da Rocha,
repórter fotográfico de "A Província do Pará",
fez esta foto no
Instituto Médico Legal, durante a identificação das vítimas do recente desastre
na Belém-Brasília.
Foto expressiva, ela é o
resultado de raciocínio rápido, senso
de observação e domínio do equipamento que só se consegue praticando muito.
Popó usou uma
Nikkormat Ftn e objetiva Nikkor
Auto de 200mm. F.4. Velocidade:
250; Diafragma: 16; Filme: Tri X.





3 DE

maio de 1967, através do Decreto 5.531 era criada a Comissão Executiva para Superintender o planejamento do Estádio de Desportos do Estado do Pará. Começava assim um longo processo que se arrasta até hoje e que promete estender-se por mais vários meses: a construção do estádio "Alacid da Silva Nunes" — o "Mangueirão".

Desde maio de 1967 até hoje, vários episódios sucederam-se, sempre contribuindo para atrasar a conclusão da obra, tão ansiosamente esperada quanto a ponte Belém-Mosqueiro: tentativa de mudança do local de edificação do estádio; alteração de seu projeto inicial; tentativa de mudança do nome, e falta de verbas. E até hoje apesar dos vários desmentidos feitos pelo senador Jarbas Passarinho, um dos principais motivos apresentados para explicar o atraso é o embargo que teria sido feito por Passarinho, quando Ministro da Educação: o estádio terá o nome de seu maior opositor político, o coronel Alacid Nunes.

O RITMO DIFÍCIL

Após uma série de consultas ao Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República — assinado a 2 de março de 1971, o contrato entre a Fundação Desportiva do Pará (instituída a 19.8.69, destinada a promover a construção do estádio) e a Construtora Itapoã Limitada, para execução dos serviços de construção da primeira etapa do estádio, na rodovia Augusto Montenegro, bairro da Nova Marambaia. Essa primeira etapa compreendia o fosso interno, os túneis de acesso ao gramado e as gerais, com muro de arrimo e escadas de acesso. As obras deviam ser iniciadas 10 dias após a assinatura do contrato.

Mas, segundo o deputado Osvaldo Melo, porta-voz do coronel Alacid Nunes na Assembleia Legislativa, "houve atraso considerável no início e no andamento da obra". Em artigo publicado pela imprensa em fins de maio do ano passado, o parlamentar arenista dizia: "Não sabemos de quem foi a inspiração da transferência do local, da mudança do nome e da redução do projeto. Mas esses três fatores acarretaram uma demora prejudicial e irritante ao interesse coletivo".

Nesse artigo, Osvaldo Melo contesta outro escrito anteriormente por Passarinho no jornal "A Província do Pará", sob o título "O Estádio Alacid Nunes e eu", onde desmente que tenha impedido o andamento do processo para liberação de verba para o "Mangueirão", quando Ministro.

Mas Osvaldo Melo contestava: "Ora, o MEC não tinha por que encaminhar, exclusivamente, todas as suas verbas somente ao estádio paraense, um só exercício financeiro. Todavia, é fora de qualquer dúvida, que se houvesse interesse em apressar a obra, se o ex-Ministro da Educação tivesse aplicado anualmente, desde

1971, apenas cinco milhões de cruzeiros, como o fez para o Remo e Paissandu ano passado, nós teríamos, com toda a segurança, nosso estádio quase pronto".

E as argumentações de Osvaldo Melo baseavam-se nas declarações anteriormente feitas por Alcyrr Braga, superintendente da FDP, ao jornal "O Liberal". Ele revelava: "Oficiamos várias vezes ao Ministério da Educação, solicitando verbas para ajudar na construção do estádio, e nada foi respondido pelo Ministério, embora tenham demonstrado interesse em nos ajudar".

Na explanação que fez Assembleia Legislativa em 7 de junho de 1974, Alcyrr Braga dizia que, quando a FDP começou a funcionar, tinha um capital de 3,2 milhões de cruzeiros em dinheiro e 2.800 ações da Petrobrás, a maioria delas vendidas na Bolsa de Valores.

"Logo que assumi a superintendência da FDP, minha primeira preocupação foi ir à fonte e analisar as possibilidades de carrear recursos para a construção do estádio. Inicialmente apresentamos um trabalho completo, para que, a exemplo do que aconteceu em Manaus, obtivéssemos fundo para a construção do "Mangueirão", com um acréscimo sobre bebidas e entradas de cinema. Este expediente foi encaminhado pelo Governador ao Procurador Geral do Estado, que o vetou como "inconstitucional".

Mas em Manaus, segundo o próprio Alcyrr Braga provou apresentando documentos, o Governo taxou bebidas em geral, cigarros e cinemas. Isso teria contribuído fundamentalmente para a conclusão imediata da obra do estádio "Vivaldo Lima".

Alcyrr Braga, nas várias vezes que manifestou-se publicamente, através dos jornais ou na Assembleia Legislativa, tem lamentado a falta de colaboração por parte das autoridades. Além das taxas sobre os refrigerantes, cigarro e cinema, foi tentada outra, adicionada às contas de água e luz.

"Isso seria o ideal", disse Alcyrr Braga. "Todavia, não foi possível levar avante. Solicitei que os deputados fizessem um projeto a respeito, a fim de permitir a canalização do dinheiro indispensável à construção do estádio, certo de que o povo compreenderia e ajudaria".

A DIMENSÃO

O projeto do estádio "Alacid Nunes" foi alterado várias vezes. O projeto inicial previa uma capacidade de 120 mil pessoas bem instaladas e 180 mil com lotação total, um dos maiores do Brasil, portanto. Mas não tinha pista de atletismo e teve que ser alterado, passando para apenas 70 mil pessoas sua capacidade total.

Na exposição na AL, Alcyrr Braga explicava as razões oficiais do atraso: o custo do projeto inicial, orçado em 70 milhões, era quase impossível de ser cumprido devido à falta de recursos. Pelo projeto atual, deveria custar 35 milhões mas calculava-se um aumento substancial devido à alta no preço do material de construção e da mão-de-obra. E o atraso nas obras contribuiu para tornar esse aumento bem superior ao calculado no projeto.

Na tentativa de conseguir recursos, o Governo do Estado partiu para um empréstimo externo, no valor de três milhões de dólares (cerca de 20 milhões de cruzeiros). Apesar do protesto de alguns deputados, o pedido foi aprovado pela Assembleia Legislativa, faltando ainda a aprovação do Congresso. É possível que isso não ocorra pois o próprio Governo Federal tem pedido aos Governos dos Estados um controle maior com relação a empréstimos externos.

Entre os parlamentares estaduais que protestaram contra o empréstimo, está o deputado Osvaldo Melo: "Com esse, seria o quarto empréstimo externo efetuado somente neste Governo — 10 milhões de dólares com a European

Brazilian Bank, 10 milhões de dólares com o Banco Francês, e mais 15 milhões de dólares de um banco suíço". Um novo endividamento, na opinião de Melo, seria pesado para o Estado.

Esse empréstimo chegou a gerar uma polêmica entre Alcyrr Braga e os deputados. Ao jornal "A Província do Pará" do dia 8 de agosto do ano passado, o superintendente da FDP afirmava que a demora para a concessão do empréstimo era culpa dos deputados. "Mesmo estando nosso país num ano eleitoral, eles ainda não se manifestaram sobre a votação da verba".

No dia seguinte Osvaldo Melo, através de "O Liberal", vinha com a resposta: "Mesmo reconhecendo a culpa que tem na demora das obras, como confessa através da expressão "agora", incluindo o Governo e outros responsáveis, o presidente da FDP me parece que se encontra em desespero, ao tentar atribuir demora na apreciação do processo por parte dos senhores deputados". Em seguida, Melo enumerava toda a tramitação do processo na Assembleia Legislativa, explicando que o atraso houve porque o pedido foi encaminhado no dia 26 de junho e a 1.º de julho a AL entrava em recessão.

Muita coisa ainda falta ser explicada no caso "Mangueirão". Inclusive a verba acumulada no Banco do Estado do Pará através de uma taxa adicional nos bilhetes da Loteria do Estado. Até hoje não se sabe quanto foi realmente arrecadado e se esse dinheiro foi empregado nas obras do estádio. Afirma-se que esse dinheiro teria sido incluído no orçamento do Estado para outros fins. Enquanto isso, as obras do estádio disputam com as obras da ponte Belém-Mosqueiro a primazia de ter o maior número de datas anunciadas para suas conclusões.

Especulação: a precursora

Mesmo antes de concluído, o "Mangueirão" já é o grande responsável pelo surgimento de vários conjuntos residenciais às margens da rodovia Augusto Montenegro.

Grupos financeiros, construtoras e imobiliárias, iniciaram verdadeira corrida à periferia, assim que foi anunciada a construção do estádio.

Na opinião do assessor jurídico da Tropical, Milton Nobre, a simples existência de uma obra da amplitude do Mangueirão provocaria, como provocou, a criação de pólos comerciais e também concorreria para a implantação de infraestrutura que permitisse um padrão de vida equilibrado.

Outro motivo dessa concentração de núcleos habitacionais na área consistiu numa tentativa de comprovar que, mesmo longe do centro urbano, o belenense poderia viver nesses núcleos e trabalhar na área central.

Para as empresas, no entanto, o grande motivo de financiarem a venda de casas nesses núcleos afastados do centro, foi o de oferecer moradia para operários que exercem atividades nas indústrias próximas. Mas essas indústrias resumem-se à IBIFAM e à COMPAR, fabricante da Coca-Cola.

UM FRACASSO?

A aceitação desses conjuntos não foi tão grande quanto se esperava. Nos núcleos já construídos e comercializados, o índice de abandono das casas é elevado. Nos em construção, as perspectivas de venda de casas não são boas. E ao mesmo tempo em que as imobiliárias reconhecem que o "Mangueirão" abriu novas perspectivas para a comercialização de novas unidades (como no Panorama XXI, onde a publicidade explorou a construção do estádio), elas também culpam o atraso na conclusão da obra como um dos principais motivos da não comercialização de grande número de unidades residenciais (na "Morada dos Ventos", a imobiliária acha que só poderá vender suas casas quando o estádio estiver pronto).

Ao anunciarem a venda de unidades habitacionais nesses núcleos, as imobiliárias anunciavam que a assistência gerada ao estádio, por parte do governo, poderia ser extensiva aos núcleos populacionais que surgissem em sua periferia.

Mas essa extensão, pelo menos até agora, não chegou aos conjuntos. Seus moradores constantemente estão sujeitos à falta de água, luz, precariedade do serviço de esgoto, telefone, escola e mercado.

O diretor da Tropical, Armando Silva, diz que nessa situação um fica jogando a culpa para o outro. A Prefeitura de Belém não dá assistência em termos de higiene (recolhimento de lixo), enquanto a Prefeitura de Ananindeua, que tem jurisdição sobre a área, vive solicitando aos proprietários desses conjuntos que se reúnam para decidir sobre seus problemas, mas não toma nenhuma providência para solucioná-los.

Em conjuntos como o Panorama XXI, as casas estão sendo abandonadas. A maioria dos moradores deixa de pagar as mensalidades pelo que se denomina perda de renda. Para Milton Nobre, o comprador é um "glutão": come mais do que suporta o estômago. "Compra casa além de suas possibilidades econômicas, declarando uma renda fictícia". Ele atribui o abandono à má orientação do comprador. Mas esquece que talvez seja, isso sim, a má orientação do vendedor, que também anunciou benefícios fictícios.

Para os moradores do Panorama XXI, a principal causa do abandono é o defeito de fabricação das casas, que não oferecem condições de moradia. O material de fabricação utilizado é de baixa qualidade.

No momento, a situação desses conjuntos residenciais construídos (ou em construção) na periferia do "Mangueirão", é a seguinte:

Panorama XXI — Construção iniciada em abril de 1971, com 693 casas construídas, 523 vendidas, 170 não vendidas e 291 executadas judicialmente. Isso significa que apenas 232 unidades estão habitadas e que 461 estão fechadas, sujeitas a constantes arrombamentos: sem vasos sanitários, globos de luz, telhas, vidraças, torneiras e inclusive portas e janelas.

Jardim América — 318 casas comercializadas que ainda não estão habitadas. Morada dos Ventos — Foi iniciada a construção de 654 casas.

Chácara da Terra Nova — 89 casas em construção, não comercializadas. Valor de cada uma: 140 mil cruzeiros. O conjunto tem duas piscinas, quadras para esporte, campos de futebol e "play-ground".

Parklândia — A 500 metros do "Mangueirão", com 190 casas construídas.